



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

Vara Cível Única de São Luiz do Anauá

## Processo 0800918-71.2020.8.23.0060

**Comarca:** SAO LUIZ DO ANAUA  
**Data de** 11/12/2020 **Situação:** Público  
**Classe** 7 - Procedimento Ordinário  
**Assunto Principal:** 10435 - Acidente de Trânsito  
**Data Distribuição:** 11/12/2020 **Tipo Distribuição:** Distribuição Automática

### Parte(s) do

**Tipo:** Promovente  
**Nome:** JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS  
**Data de** 11/03/2016 **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** Não Cadastrado  
**Filiação:** SIMONE MENDONÇA / JOSIVAM FERREIRA DOS SANTOS  
**Advogado(s) da Parte**  
 411BRR Albenice Pessoa Chagas

**Tipo:** Promovente  
**Nome:** JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA  
**Data de** 13/02/2018 **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** Não Cadastrado  
**Filiação:** SIMONE MENDONÇA / JOSIVAM FERREIRA DOS SANTOS  
**Advogado(s) da Parte**  
 411BRR Albenice Pessoa Chagas

**Tipo:** Promovido  
**Nome:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A  
**Data de** Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 09.248.608/0001-04  
**Advogado(s) da Parte**  
 858NRR DIEGO LIMA PAULI  
 134307NRJ JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Data: 11/12/2020

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL

Por: Albenice Pessoa Chagas

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição Inicial
- Procuração
- Procuração
- Documentos pessoais
- Documentos pessoais
- Documentos pessoais
- Documentos pessoais
- Documentos pessoais
- Comprovante residencia
- DECLARAÇÃO DE ÓBITO
- ROP FALECIIMENTO
- SENTENÇA
- OFICIO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE SÃO LUIZ-RR**

**Processo nº:**

**JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS**, brasileira, menor impúbere, nascida em 11 de março de 2016 contando, atualmente, com 04 (Quatro) anos de idade, sem documento de identidade e CPF, **JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA**, brasileiro, menor impúbere, nascido em 13 de fevereiro de 2018 contando, atualmente, com 02 (dois) anos de idade, sem documento de identidade e CPF, neste ato, representados por sua genitora, a Sra. **SIMONE MENDONÇA**, brasileira, solteira, do lar, portadora da Identidade nº 354932-1 e CPF/MF nº 010.684.172-69, residente e domiciliada na Vila Jundiá-Rorainópolis/RR, representada por procuração pública anexa, pelo sogro Sr. **JOEL DA SILVA SANTOS**, brasileiro, união estável, agricultor, inscrito no RG nº 66.569 SSP/RR e CPF nº 164.357.532-53, residente e domiciliado na Rua José Ribeiro Sampaio, S/N, Centro, Caroebe/RR, CEP 69.300-000, representado por sua advogada **ALBENICE PESSOA CHAGAS**, brasileira, divorciada, advogada (procuração anexa), inscrita na OAB/RR sob o nº. 411-B, com CPF nº. 323.511.602-82, com endereço profissional na Rua Mestre Diogo, nº 98, bairro 31 de março- Boa Vista/RR, CEP 69.303-410, onde recebe intimações, com endereço eletrônico: [albanepm@yahoo.com.br](mailto:albanepm@yahoo.com.br), vem a ilustre presença de Vossa Excelência propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

Em face da empresa **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ 09.248.608-0001/04, localizada na Rua Senador Dantas, Nº 74 – 5º Andar – Centro – CEP. 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ, Tel. (021) 3861-4600, Fax (021) 2240-9073, tendo em vista as razões



## I- DA JUSTIÇA GRATUITA

Os Requerentes não possuem condições de arcar com as custas processuais sem seu prejuízo próprio e de sua família, conforme declaração anexa. Desta forma, para os efeitos deste processo, pleiteiam os Requerentes o benefício da Justiça Gratuita, nos termos da Lei n. 1.060/50

## II- DOS FATOS

Os requerentes filhos daquele que em vida se chamou **JOSIVAN FERREIRA DOS SANTOS** veio a falecer, às 00: 05H do dia 18/11/2018, em um acidente de trânsito na cidade de Caroebe/RR, conforme demonstra o ROP anexo. Porém, representando a genitora dos autores, o genitor do “de cujus” procurou uma representante da Seguradora Líder em Boa Vista, teve seu pedido negado verbalmente, pois verificaram que a certidão de óbito do falecido estava com erro material quanto a dia e hora do falecimento deste.

Nessa esteira, o genitor do falecido entrou com processo de nº 0811027-032020.8.23.0010 que tramita na 4ª Vara Cível desta Comarca, em 22 de setembro de 2020 foi recebida a decisão de alteração da Certidão de Óbito pelo Cartório de São Luiz/RR, e em 01/12/2020 transitou em julgado, porém por motivos alheios até a presente data não chegou a nova Certidão, e em contato com aquele Cartório de São Luiz, foi informado que ainda seria feita a alteração e depois encaminhada por malote, e para não prescrever o prazo, vem propor a presente ação com a sentença de alteração da Certidão de Óbito e os demais documentos que comprovam os fatos aqui alegados.

Conforme se verifica, ainda, o “de cujus” deixou duas filhas menores de idade (de um relacionamento com a Sra. SIMONE MENDONÇA, e devido esta morar em uma vicinal distante da cidade, passou procuração pública para o avô das menores para representa-la no processo judicial a fim de receber o Seguro DPVAT e repassar a esta o valor, conforme documentos anexos.







### **III- DO DIREITO**

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.

O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da



indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Quanto ao valor a ser pago prevê a Lei nº 11.482, de 2007:

Art. 8º Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

**I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;**

**Quanto a jurisprudência aplicada ao caso, segue as mais recentes:**

**EMENTA: APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - INTERESSE DE**



**AGIR- MORTE- NEXO DE CAUSALIDADE- INDENIZAÇÃO DEVIDA** - Ainda que não se tenha formulado

pedido administrativo prévio, é de se reconhecer a existência de interesse de agir, quando o pedido de recebimento de indenização de seguro DPVAT é contestado, insurgindo-se a seguradora ré de forma expressa quanto aos requisitos necessários para o pagamento do benefício da parte autora. Em caso de falecimento, é devido aos herdeiros da vítima do acidente de trânsito o valor da indenização do seguro obrigatório. Hipótese em que o nexo de causalidade é evidenciado pelos documentos médicos e pela certidão de óbito que dizem sobre o acidente e da causa mortis. (TJ-MG - AC: 10000204854665001 MG, Relator: Marco Aurélio Ferrara Marcolino (JD Convocado), Data de Julgamento: 15/10/2020, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: **21/10/2020**)

**APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. MORTE. AÇÃO DE COBRANÇA. INTERESSE DE AGIR DO AUTOR.** Pedido administrativo recusado por ausência de apresentação de documentação complementar. Opção do Autor pela via judicial. Possibilidade. Inaplicabilidade do precedente do C. STF. LEGITIMIDADE ATIVA. Ocorrência. Autor que demonstrou a qualidade de genitor do falecido. Ausência de comprovação de falecimento da genitora. Possibilidade de recebimento de metade da indenização. Sucumbência recíproca. **RECURSO DA RÉ PROVIDO.** (TJ-SP - AC: 10021389420178260108 SP 1002138-94.2017.8.26.0108, Relator: Berenice Marcondes Cesar, Data de Julgamento: 07/08/2020, 28ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: **07/08/2020**)





**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). MORTE DO SEGURADO. SINISTRO ENVOLVENDO TRATOR. LEI Nº 11.945/2009. INDENIZAÇÃO DEVIDA.** Trata-se de ação de cobrança relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei Federal nº 6.194/74 (DPVAT), julgada procedente na origem. De acordo com o art. 4º da Lei Federal nº 6.194/74, a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil Brasileiro. In casu, quando do óbito do segurado, em 07.03.2017, figuravam como seus beneficiários sua esposa e filhas, ora autoras. Contudo, o cônjuge do segurado faleceu em 17.08.2017, deixando como únicas herdeiras as demandantes. Assim, não há que se falar em ilegitimidade das autoras em pleitear a indenização decorrente do seguro obrigatório DPVAT devido em razão da morte de seu genitor. No mérito, o entendimento jurisprudencial deste Tribunal de Justiça, bem como do STJ é dominante no sentido de que é devida indenização securitária sempre que o acidente tenha sido causado por veículo, não importando se está em via pública ou em via rural ou em decorrência de trabalho. No caso telado, o genitor das autoras, no dia 07/09/2017, foi vítima fatal de acidente envolvendo um trator agrícola em propriedade particular, quando utilizava o veículo para trabalhar. Presente, portanto, o nexo de causalidade, tendo ocorrido o óbito do segurado, aplica-se o disposto no artigo 3º da Lei 6.194/74, sendo devida a indenização pleiteada, impondo-se o desprovimento da apelação. **APELAÇÃO DESPROVIDA, POR MAIORIA. (TJ-RS - AC: 70082422841 RS, Relator: Nilton Carpes da Silva, Data de Julgamento: 13/12/2019, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: 20/01/2020)**

#### **IV- DO VALOR E DA CORREÇÃO MONETÁRIA – TERMO INICIAL**



Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro, conforme clara redação da súmula 43 do STJ:

*“Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo”.*

Entendimento também predominante na jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DO AUTOR. CORREÇÃO MONETÁRIA DO VALOR INDENIZATÓRIO. ATUALIZAÇÃO DE TODO O MONTANTE DEVIDO, E NÃO APENAS DO SALDO APURADO, DESDE A DATA DO ACIDENTE. SENTENÇA AJUSTADA.** "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, **incide desde a data do evento danoso.**" (Súmula 580, SEGUNDA SEÇÃO, j. 14/09/2016, DJe 19/09/2016). RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-SC - AC: 03123956620158240038 Joinville 0312395-66.2015.8.24.0038, Relator: Jorge Luís Costa Beber Data de Julgamento: 14/06/2018, Primeira Câmara de Direito Civil)

## **V- DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer:

- a) A citação do Requerido, para que compareça à audiência previamente designada, de acordo Com Art. 335 do CPC, apresentando defesa caso queira, sob pena de revelia, prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito, para no final ser a ação julgada procedente com a condenação do requerido ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$





13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais.

b) A intimação do Ministério Público nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

c) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser a Requerente pessoa pobre nos termos da Lei nº 1.060/50 e artigos 98, 99 do CPC/15.

d) Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitido, especialmente pelos documentos inclusos, e prova testemunhal.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 13.500,00** (Treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos pede deferimento.

São Luiz/RR, 11 de dezembro de 2020.

**Albenice Pessoa Chagas**

**OAB/RR 411-B**







## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** JOEL DA SILVA SANTOS, brasileiro, união estável, agricultor, inscrito no RG nº 66.569 SSP/RR e CPF nº 164.357.532-53, residente e domiciliado na Rua José Ribeiro Sampaio, S/N, Centro, Caroebe/RR, CEP 69.300-000.

**OUTORGADO:** ALBENICE PESSOA CHAGAS, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/RR sob o nº 411-B, CPF/MF nº 323.511.602-82, com escritório profissional na Rua Mestre Diogo, nº 98, Bairro 31 de março, CEP 69305-410, Boa Vista/RR, Fone (95) 99145-0332, e-mail: [albanepm@yahoo.com.br](mailto:albanepm@yahoo.com.br).

**PODERES:** Por este instrumento particular de mandato, o outorgante nomeia e constitui como sua bastante procuradora a outorgada acima qualificada, para propor, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, qualquer ação, defende-lo nas ações contra ele proposta e agir judicialmente contra quem ofender os seus direitos pessoais, materiais ou morais, bem como para defender em qualquer ação em que os mesmo sejam direta ou indiretamente interessado, como autor, réu, terceiro interessado, assistente, litisconsorte, com **PODERES ESPECIAIS** para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, reconhecer a procedência do pedido, receber valores, levantar ou receber RPV e Alvarás, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda, substabelecer esta a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo para tanto acompanhá-los até final decisão, promover quaisquer medidas preliminares, preventivas ou assecuratórias dos seus direitos e interesses, produzir provas, inclusive representando-o pessoalmente para fins judiciais e extrajudiciais, **ESPECIALMENTE PARA ATUAR EM AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DE DPVAT.**

Boa Vista/RR, 10 de dezembro de 2020.

**JOEL DA SILVA SANTOS**  
CPF nº 164.357.532-53





# CARTÓRIO DE NOTAS, PROTESTOS E REGISTRO CIVIL



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**1º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL E**  
**PROTESTOS DE TÍTULOS DA COMARCA DE**  
**RORAINÓPOLIS**

**Inês Maria Viana Maraschin - Tabeliã**

Av. Dra. Yandara, s/n, Centro, Rorainópolis/RR - CEP: 69.373-000. Fone: (95)  
3238-2068. Email: tabrorainopolis@gmail.com



LIVRO Nº 051

ATO Nº 03296

FLS. 150

1º TRASLADO

## PROCURAÇÃO QUE FAZ E ASSINA NA FORMA ABAIXO DECLARADA

**SAIBAM** quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, **aos trinta (30) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezenove (2019)**, neste município de Rorainópolis - Estado de Roraima, perante mim, Escrevente Autorizada, compareceu como **OUTORGANTE: SIMONE MENDONÇA**, brasileira, solteira, do lar, filha de Marluce de Souza Mendonça, nascida em 08/09/1991, portadora da cédula de identidade RG nº 354932-1 SSP/RR emitida em 12/01/2007, e inscrita no CPF/MF sob o nº 010.684.172-69, residente e domiciliada na Vila Jundiá, Rorainópolis/RR, identificada como a própria, conforme documentos apresentados para lavratura desta procuração, do que dou fé. Pela parte, me foi dito que por este instrumento nomeia e constitui seu bastante **PROCURADOR: JOEL DA SILVA SANTOS**, brasileiro, divorciado, aposentado, filho de Severino Amaro dos Santos e Elvira Gomes da Silva Santos, nascido em 19/12/1968, portador da cédula de identidade RG nº 66569 SSP/RR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 164.357.532-53, residente e domiciliado no município de Caroebe/RR; a quem confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para o fim especial de, perante qualquer EMPRESA DE SEGUROS, onde com esta se apresentar e preciso for, requerer, dar andamento, receber e assinar quaisquer documentos relativos à Indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT a que tem direito a Outorgante, podendo para tanto, abrir e acompanhar autos, firmar compromissos e obrigações, transigir, desistir, juntar e retirar documentos, fazer declarações e justificações, produzir provas, requerer certidões de quaisquer espécies e praticar todos atos necessários, inclusive requerer, recorrer, constituir advogado com poderes da cláusula "ad judicium e et extra" com os mais amplos poderes em qualquer juízo, instância ou tribunal; podendo ainda dito procurador, junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, requerer e retirar, por qualquer meio, 2ª Vias de documentos, inclusive 2ª Vias das Certidões de Nascimento dos filhos da outorgante, podendo assinar termos, requerimentos, declarações e demais documentos necessários, pagar taxas, enfim, praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao fiel desempenho do presente mandato procuratório. **Os dados contidos neste instrumento foram fornecidos e conferidos pelo Outorgante, e por eles assume total responsabilidade.** Assim o disse do que dou fé, e me pediu este instrumento que lhe(s) é lido em voz alta e clara que aceita(m), e assina(m). Dispensadas as testemunhas nos termos da lei nº 6.952 de 06 de novembro de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 1981. Eu, Rosilene Gomes de Lima - Escrevente Autorizada, que a fiz digitar, colhendo a(s) assinatura(s) do(s) Outorgante(s). Nada mais.

Procuração. SELO TJRR: PROPUB158113CF9FSFKK5U4TAW11. Total: R\$ 52,85, Emolumentos: R\$ 41,10, FECOM: R\$ 2,05, FISCALIZACAO: R\$ 2,05, FUNDEJURR: R\$ 4,10, ISS: R\$ 2,05, Selo: R\$ 1,50

*Simone*

*Rosilene Gomes de Lima*  
Escrevente Autorizada  
Inscrita no Conselho de 1981



tabrorainopolis@gmail.com 55 95 3238 2068  
Av. Dra. Yandara, s/n | Centro | Rorainópolis | RR | Cep: 69.373.000





CARTÓRIO DE NOTAS PROTESTOS  
E REGISTRO CIVIL  
Rua Pedro Daniel da Silva, nº 1825 Centro  
Cep: 69.373-000  
RORAINÓPOLIS-RR



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**1º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL E**  
**PROTESTOS DE TÍTULOS DA COMARCA DE**  
**RORAINÓPOLIS**

**Inês Maria Viana Maraschin - Tabeliã**

Av. Dra. Yandara, s/n, Centro, Rorainópolis/RR - CEP. 69.373-000. Fone: (95)  
3238-2068 Email: tabrorainopolis@gmail.com



Traslado: SELO TJRR: CERATO158113LUNM0B2KCFBBDW78. Total: R\$ 11,70,  
Emolumentos: R\$ 8,20, FECOM: R\$ 0,40, FISCALIZACAO: R\$ 0,40, FUNDEJURR: R\$  
0,80, ISS: R\$ 0,40, Selo: R\$ 1,50

Rorainópolis/RR, 30 de dezembro de 2019.

*Simone Mendonça*

**SIMONE MENDONÇA**  
Outorgante

**ROSILENE GOMES DE LIMA**  
Escrivente Autorizada

*Rosilene Gomes de Lima*  
Escrivente Autorizada  
Rorainópolis-RR

CARTÓRIO DE NOTAS PROTESTOS  
E REGISTRO CIVIL  
Rua Pedro Daniel da Silva, nº 1825 Centro  
Cep: 69.373-000  
RORAINÓPOLIS-RR





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 354932-1

DATA DE EXPEDIÇÃO 12/01/2007

NOME SIMONE MENDONÇA

FILIAÇÃO HARLUCE DE SOUZA MENDONÇA

NATURALIDADE MANAUS - AM

DOC. ORIGEM CERTD NASC 600 FLS 039 LIV A-171

CPF 6 OF MANAUS - AM

DATA DE NASCIMENTO 08/09/1991

1 VIA

Rita de Cássia Coelho de Araújo  
Diretora do IIOC

P-5

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ

Polgar-Direito

Simone Mendonça

ASSINATURA DO TITULAR

**CARTÓRIO**  
DE NOTAS PROTESTOS  
E REGISTRO CIVIL

tabroraipoliss@gmail.com 55 95 3238.2068  
Rua Pedro Daniel da Silva, 1825 - Centro  
Rorainópolis-RR - CEP: 69.373-000

**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. O referido é verdade e dou-o por Rorainópolis - RR, 30 de dezembro de 2019.  
SELO TJRR: RECIR158113W1L566KECFMENK66, Data/Hora: 30/12/2019 11:11:30, Total: R\$ 4,60, Emolumento: R\$ 2,46, FECOM: R\$ 0,10, FISCALIZAÇÃO: R\$ 0,10, FUNDEJURR: R\$ 0,26, ISS: R\$ 0,10, Selo: R\$ 1,60. Consulte em <https://cidadeoportalcelor.com.br>  
ROSILENE GOMES DE LIMA - Escrevente Autorizada

**PROTESTOS**  
**E REGISTRO CIVIL**

**CARTÓRIO**  
DE NOTAS PROTESTOS  
E REGISTRO CIVIL

tabroraipoliss@gmail.com 55 95 3238.2068  
Rua Pedro Daniel da Silva, 1825 - Centro  
Rorainópolis-RR - CEP: 69.373-000

**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. O referido é verdade e dou-o por Rorainópolis - RR, 30 de dezembro de 2019.  
SELO TJRR: RECIR158113W1L566KECFMENK66, Data/Hora: 30/12/2019 11:11:30, Total: R\$ 4,60, Emolumento: R\$ 2,46, FECOM: R\$ 0,10, FISCALIZAÇÃO: R\$ 0,10, FUNDEJURR: R\$ 0,26, ISS: R\$ 0,10, Selo: R\$ 1,60. Consulte em <https://cidadeoportalcelor.com.br>  
ROSILENE GOMES DE LIMA - Escrevente Autorizada

**PROTESTOS**  
**E REGISTRO CIVIL**

MINISTERIO DA FAZENDA

**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**010.684.172-69**

Nome  
**SIMONE MENDONCA**

Nascimento  
**08/09/1991**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

**CÓDIGO DE CONTROLE**  
D5FD.C070.AAD2.9644

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

as 16:58:13 do dia 18/01/2013 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

Tabelionato de Notas de Rorainópolis-RR  
**VERSO EM BRANCO**



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

66.569 2ª via

DATA DE EXPEDIÇÃO

30.05.1998

NOME

JOEL DA SILVA SANTOS

FILIAÇÃO

Severino Amaro dos Santos  
Elvira Gomes da Silva Santos

NATURALIDADE

Dourados-MS.

DATA DE NASCIMENTO

19.12.1968

DOC. ORIGEM

CN.33221 F.5v L.40 Dourados-MS.

CPF

164.357.532-53

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





				
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Registro Civil das Pessoas Naturais				
<b>CERTIDÃO DE NASCIMENTO</b>				
NOME <b>JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS</b>				
MATRÍCULA <b>158113 01 55 2016 1 00014 100 0004000 50</b>				
DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO		DIA	MÊS	ANO
ONZE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSEIS		11	03	2016
HORA DE NASCIMENTO	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO			
16:07	RORAINÓPOLIS - RR			
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	LOCAL DE NASCIMENTO		SEXO	
RORAINÓPOLIS - RR	HOSPITAL REGIONAL SUL GOV OTTOMAR DE SOUSA PINTO		FEMININO	
FILIAÇÃO				
JOSIVAN FERREIRA SANTOS SIMONE MENDONÇA				
AVÓS				
JOEL DA SILVA SANTOS ELCI FERREIRA SANTOS MARLUCE DE SOUZA MENDONÇA				
GÊMEO	NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)			
NÃO	NADA CONSTA			
DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO)		Nº DA DECL. DE NASCIDO VIVO		
VINTE E NOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSEIS		30674298057		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES				
Registro feito no livro A 0014, às fls. 100, sob o nº 4000. DECLARANTE: JOSIVAN FERREIRA SANTOS.				
NOME DO OFÍCIO: OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS				
IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA (CNS): 158113				
OFICIAL(A): INÉS MARIA VIANA MARASCHIN				
MUNICÍPIO: RORAINÓPOLIS-RR				
ENDEREÇO: AV DRA YANDARA, S/N - CENTRO				
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé. RORAINÓPOLIS - RR, 29 de março de 2016.				
 IZALDA VIANA MARIANO ESCREVENTE AUTORIZADA Izalda Viana Mariano Escrevente Autorizada RORAINÓPOLIS - RR				
				396777





  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS**

**CERTIDÃO DE NASCIMENTO**  
NOME:  
**JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA SANTOS**  
MATRÍCULA:  
**158121 01 55 2018 1 00042 297 0016862 92**

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO DIA MÊS ANO  
**Treze de fevereiro de dois mil dezoito** **13 02 2018**

HORA MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO  
**11:45** **Rorainópolis/RR**

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO LOCAL DE NASCIMENTO SEXO  
**São Luiz/RR** **Hosp. Regional Sul Governador Ottomar de Souza Pinto** **masculino**

FILIAÇÃO  
**JOSIVAN FERREIRA SANTOS e SIMONE MENDONÇA**

AVÓS  
Paternos: **Joel da Silva Santos e Elci Ferreira Santos**  
Maternos: **Marluce de Souza Mendonça**

GÊMEO NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)  
**Não**

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO  
**Treze de março de dois mil dezoito** **30753030618**

OBSERVAÇÕES  
**Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF nº.070.519.872-32, conforme Instrução Normativa RFB 1548/15**

Emolumentos Isentos.

NOME DO OFÍCIO: **CARTÓRIO DE SÃO LUIZ - RR**  
OFICIAL REGISTRADOR: **Tiago Natari Vieira**  
MUNICÍPIO/COMARCA/UF: **São Luiz/RR**  
ENDEREÇO: **Travessa Rodoviária, nº 68, Centro, São Luiz/RR -**  
CEP: **69.370-000.** Telefone: **(95) 3537-1706.**  
Email: **cartorio18a@gmail.com**

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.  
**São Luiz, 13 de março de 2018**

**TIAGO NATARI VIEIRA**  
Registrador

99018 BRP







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

JOSIVAN FERREIRA SANTOS

MATRÍCULA:

158121 01 55 2019 4 00004 207 0000976 26

SEXO

masculino

COR

Parda

ESTADO CIVIL E IDADE

solteiro e 24 anos de idade

NATURALIDADE

Caroebe-RR

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

381132-8 - SESP/RR

ELEITOR

SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

Filho de Joel da Silva Santos e Elci Ferreira Santos. Residência: Rua João Nilo, S/N dos Estados - Caroebe/RR

DATA E HORA DE FALECIMENTO

Dezessete de novembro de dois mil dezoito. Hora: 00:30

DIA

17

MÊS

11

ANO

2018

LOCAL DE FALECIMENTO

Rua José Viera Sampaio, S/N, Bairro Bela Vista, Caroebe-RR em(na) Caroebe/RR

CAUSA DA MORTE

a) Trauma Crânio Encefálico, b) Fratura Exposta Craneal, c) Acidente de Moto

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO

E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO)

DECLARANTE

Cemitério de Caroebe-RR

JOEL DA SILVA SANTOS

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

pelo(a) doutor(a) JUAN CARLOS PEREZ LORENZO, CRM nº 1318

OBSERVAÇÕES

Profissão: Autonomo. O falecido era eleitor, não deixou bens a inventariar e não deixou testamento conhecido. O falecido deixou 2 filho(s)..

Emolumentos Isentos.

NOME DO OFÍCIO: CARTÓRIO DE SÃO LUIZ - RR

OFICIAL REGISTRADOR: Tiago Natari Vieira

MUNICÍPIO/COMARCA/UF: São Luiz/RR

ENDEREÇO: Travessa Rodoviária, nº 68, Centro, São Luiz/RR

CEP: 69.370-000. Telefone: (95) 3537-1706.

Email: cartoriosla@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.  
São Luiz, 10 de janeiro de 2019

GEORDÂNIA PONTES DA SILVA  
2ª Substituta

Geordânia Pontes da Silva  
Substituta

ARPENBRASIL AA 011647560 BRP



**RORAIMA ENERGIA**

Para contato conosco informe este número

**SEU CÓDIGO**  
0527008-1

Roraima Energia S.A.  
Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR  
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal 003772321

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SETEMBRO/2019	16/10/2019	197	166,19

ELVIRA GOMES DA SILVA SANTOS  
R. JOSE VITIRA SAMPAIO S/N CASA CENTRO  
CPF: 00038274211220  
CEP: 69.000-000 - CAROEBE

ROT: 418.060.13.07.148000

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
Atual:	3552	Atual:	30/09/2019
Anterior:	3355	Anterior:	30/08/2019
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	31/10/2019
Consumo Medido:	197	Emissão:	27/09/2019
Consumo Faturado:	197	Apresentação:	30/09/2019

Forma de Faturamento: NORMAL

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	100008200		1.1.1.1	139

HISTÓRICO KWH		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo		CONSUMO	197 A R\$ 0,766100 = 150,92
AGO/19	180	CORREÇÃO MONETÁRIA IG 07/19-00	0,47
JUL/19	194	MULTA POR ATRASO DE 1 07/19-00	0,33
JUN/19	167	JUROS DE HORA POR ATR 07/19-00	0,04
MAY/19	194	MULTA POR ATRASO 07/19-00	0,00
ABR/19	207	JUROS DE HORA DE 10% 07/19-00	0,59
MAR/19	184	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	10,37
FEB/19	152		
JAN/19	88		
DEZ/18	31		
NOV/18	87		

**MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO**

Mes/Ano Valor R\$ 08/2019 149,96

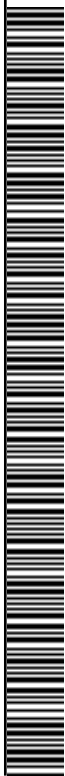
Unidade consumidora sujeita a suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 15/10/2019, em função dos dados apresentados nesta fatura. Para evitar a suspensão, é necessário que seja pago o valor devido até o dia 10/10/2019. Caso contrário, a suspensão será efetuada e o consumo faturado a partir de 15/10/2019.

LIGUE 08007019120 E FAÇA O PAGAMENTO 1 6 11 16 21 26

RESERVADO AO FISCO F1FB.6173.CIB9.BA36.BB2C.5296.0F35.0E09

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	38,71	Base de Cálculo:	150,92
Energia:	82,08	Alíquota ICMS:	17,00%
Transmissão:	9,00	Valor do ICMS:	25,65
Encargos:	8,26	Valor do PIS:	0,03
Tributos:	29,89	Valor do COFINS:	0,21

**INDICADORES DE CONTINUIDADE**





República Federativa do Brasil  
Ministério da Saúde  
2ª VIA - CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

## Declaração de Óbito 18013922-3

**I Identificação**

1 Tipo de óbito  
☐ 1 Fetal  
☐ 2 Não Fetal

2 Data do óbito  
 Hora 3 Cartão SUS

4 Naturalidade  
 Município / UF (se estrangeiro informar País)

5 Nome do Falecido

6 Nome do Pai

7 Nome da Mãe

8 Data de nascimento

9 Idade  
 Anos completos Menores de 1 ano  
 Meses Dias Horas Minutos

10 Sexo  
☐ M - Masc.  
☐ F - Fem.  
☐ 1 - Ignorado

11 Raça/Cor  
☐ 1 Branca  
☐ 2 Preta  
☐ 3 Amarela  
☐ 4 Parda  
☐ 5 Indígena  
☐ 6 Ignorada

12 Situação conjugal  
☐ 1 Solteiro  
☐ 2 Casado  
☐ 3 Viúvo  
☐ 4 Separado judicialmente/divorçado  
☐ 5 União estável  
☐ 6 Ignorada

13 Escolaridade (última série concluída)  
 Nível  
☐ 0 Sem escolaridade  
☐ 1 Fundamental I (1ª a 4ª Série)  
☐ 2 Fundamental II (5ª a 8ª Série)  
☐ 3 Médio (antigo 2º grau)  
☐ 4 Superior incompleto  
☐ 5 Superior completo  
☐ 9 Ignorado

14 Ocupação habitual  
 (informar anterior, se aposentado / desempregado)  
 Código CBO 2002

15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)

16 CEP

17 Bairro/Distrito

18 Código

19 Município de residência

20 Código

21 UF

**II Residência**

22 Local de ocorrência do óbito  
☐ 1 Hospital  
☐ 2 Outros estab. saúde  
☐ 3 Domicílio  
☐ 4 Via pública  
☐ 5 Outros  
☐ 9 Ignorado

23 Estabelecimento

24 Código CNES

25 Endereço da ocorrência, se fora do estabelecimento ou da residência (rua, praça, avenida, etc.)

26 Número

27 Complemento

28 CEP

29 Bairro/Distrito

30 Código

31 Município de ocorrência

32 Código

33 UF

**III Ocorrência**

**IV Fetal ou menor de 1 ano**

34 PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE

35 Idade (anos)

36 Escolaridade (última série concluída)  
 Nível  
☐ 0 Sem escolaridade  
☐ 1 Fundamental I (1ª a 4ª Série)  
☐ 2 Fundamental II (5ª a 8ª Série)  
☐ 3 Médio (antigo 2º grau)  
☐ 4 Superior incompleto  
☐ 5 Superior completo  
☐ 9 Ignorado

37 Ocupação habitual  
 (informar anterior, se aposentado / desempregado)  
 Código CBO 2002

38 Número de filhos vivos

39 Perdas fetais/abortos

40 Nº de semanas de gestação

41 Tipo de gravidez  
☐ 1 Única  
☐ 2 Dupla  
☐ 3 Tripla e mais  
☐ 9 Ignorada

42 Tipo de parto  
☐ 1 Vaginal  
☐ 2 Cesáreo  
☐ 9 Ignorado

43 Morte em relação ao parto  
☐ 1 Antes  
☐ 2 Durante  
☐ 3 Depois  
☐ 9 Ignorado

44 Peso ao nascer

45 Número da Declaração de Nascimento

**V Condições e causas do óbito**

46 ÓBITO DE MULHER EM IDADE FÉRTIL

47 A morte ocorreu  
☐ 1 Na gravidez  
☐ 2 No parto  
☐ 3 No aborto  
☐ 4 Até 42 dias após o parto  
☐ 5 Do 43 dias a 1 ano após o parto  
☐ 9 Ignorado

48 Recabou assist. médica durante a doença que ocasionou a morte?  
☐ 1 Sim  
☐ 2 Não  
☐ 9 Ignorado

49 DIAGNÓSTICO CONFIRMADO POR:  
☐ 1 Sim  
☐ 2 Não  
☐ 9 Ignorado

50 CAUSAS DA MORTE

51 PARTE I  
 Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte.

52 CAUSAS ANTECEDENTES  
 Estados mórbidos, se os houver, que produziram a causa acima registrada, mencionando-se em último lugar a causa básica.

53 PARTE II  
 Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, na cadeia acima.

54 ANOTE SOMENTE UM DIAGNÓSTICO POR LINHA

55 Devido ou como consequência de:

56 Devido ou como consequência de:

57 Devido ou como consequência de:

58 Devido ou como consequência de:

59 Tempo aproximado entre o início da doença e a morte

60 CID

**VI Médico**

61 Nome do Médico

62 CRM

63 Óbito atestado por Médico  
☐ 1 Assistente  
☐ 2 Substituto  
☐ 3 IML  
☐ 4 SVO  
☐ 5 Outra

64 Município e UF do SVO ou IML

65 UF

66 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.)

67 Data do atestado

68 Assinatura

**VII Causas externas**

69 PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico)

70 Tipo  
☐ 1 Acidente  
☐ 2 Suicídio  
☐ 3 Homicídio  
☐ 4 Outros  
☐ 9 Ignorado

71 Acidente do trabalho  
☐ 1 Sim  
☐ 2 Não  
☐ 9 Ignorado

72 Fonte da informação  
☐ 1 Boletim de Ocorrência  
☐ 2 Hospital  
☐ 3 Família  
☐ 4 Outra  
☐ 9 Ignorado

73 Descrição sumária do evento, incluindo o tipo de local de ocorrência

74 SE A OCORRÊNCIA FOR EM VIA PÚBLICA, ANOTAR O ENDEREÇO

75 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)

76 Código

**VIII Cartório**

77 Cartório

78 Código

79 Registro

80 Data

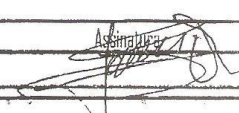
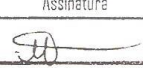
81 UF

**IX Local. S. Médico**

82 Declarante

83 Testemunhas  
 A  
 B



RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA POLICIAL - ROP											
P M		Nº CR622018						RR			
DATA	UNIDADE	LOCALIDADE	VTR	KILOMETRAGEM		HORARIO		CÓDIGOS			
				Inicial	Final	Inicial	Final	Ocorrência	Providência	S. Prestados	
18/11/2018	4º PEL	CARDEBE	III	-	-	00:05	03:10	1001/1003	13999		
<b>LOCAL DA OCORRÊNCIA</b>											
End. RUA JOSE VIEIRA SAMPAIO				Nº	S/N	Bairro	CENTRO	Ref.			
<b>PESSOAS RELACIONADAS</b>											
ENVOLVIDO		JOSIVAN FERREIRA SANTOS				Idade	24	Estado Civil	SOLTEIRO		
1	End. NÃO INFORMADO	Nº	---	Bairro	---	Cidade	CARDEBE	UF	RR		
	Profissão MECANICO	RG	381132-8	SSP	RR	CPF	---	CNH	---	Cat.	
SOLICITANTE		ISAC DA SILVA MESQUITA				Idade	33	Estado Civil	SOLTEIRO		
2	End. RUA JOSE VIEIRA SAMPAIO	Nº	S/N	Bairro	CENTRO	Cidade	CARDEBE	UF	RR		
	Profissão FUNC. PUBLICO	RG		SSP		CPF		CNH		Cat.	
3	End.	Nº		Bairro		Cidade		UF			
	Profissão	RG		SSP		CPF		CNH		Cat.	
4	End.	Nº		Bairro		Cidade		UF			
	Profissão	RG		SSP		CPF		CNH		Cat.	
5	End.	Nº		Bairro		Cidade		UF			
	Profissão	RG		SSP		CPF		CNH		Cat.	
<b>ARMAS, OBJETOS E VALORES RELACIONADOS.</b>											
Motocicleta CG 125 TITAN, PLACA NAK - 4317.											
<b>HISTÓRICO</b>											
<p>Senhor Delegado, informo que fomos acionados para atender uma ocorrência de acidente de trânsito no endereço supracitado, que ao chegarmos ao local encontramos o envolvido no acidente gravemente ferido devido à colisão dos veículos, que segundo o solicitante o item 01 trafegava na Rua Jose vieira Sampaio sentindo Bairro/Centro conduzindo a motocicleta CG 125 TITAN azul de Placa NAK 4317 quando veio a colidir traseira de um caminhão Mercedes Benz cor azul de Placa JXK 1127 que estava estacionado, que de imediato foi acionado o SAMU que compareceu no local juntamente com o medico Dr. Ruan Carlos e este constatou o óbito da vítima, que foi feito contato com esta delegacia de policia para fins de serem adotados os procedimentos de pericia e remoção do corpo, porém nos foi informado que não seria possível o comparecimento da equipe do IML no local, que o corpo foi removido pela equipe médica ao hospital onde seriam realizados os procedimentos de documentação de constatação do óbito e liberação do corpo a familiares da vítima conforme orientação do plantonista desta DP, Que o veículo foi removido para o pátio desta Delegacia de Polícia Civil, era o que tinha a relatar.</p>											
<b>RELATOR</b>											
Posto/Grad.	Nome Completo				Matrícula	Lotação		Assinatura			
Sgt PM	ITALO				47000941	4ºPel					
<b>RECEBIMENTO</b>											
Data	Horário	Nome Completo				Matrícula	Função	Assinatura			
18/11/2018	07h30min	MOMEL GUALDO P. PONTES				42000427	APC				

*Copiar com o original*

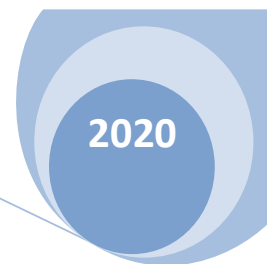
*Paulo Fickel*  
Delegado de Polícia Civil  
MAT. 42000941



11/12/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: SENTENÇA

PROJUDI - Processo: 0811027-03.2020.8.23.0010 - Ref. mov. 21.1 - Assinado digitalmente por Jarbas Lacerda de Miranda:69666890682

29/06/2020: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. Arq: Sentença - procedência



JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE BOA VISTA

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

PROCESSO N.º: 0811027-03.2020.8.23.0010.

REQUERENTE: JOEL DA SILVA SANTOS.

## SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO

### I – RELATÓRIO:

1. Trata-se de Retificação de Registro de Óbito promovido pela parte requerente JOEL DA SILVA SANTOS, já qualificado nos autos.
2. Aduz a parte requerente que seu filho veio a óbito na data do dia 18/11/2018, às 00:05h, e o Cartório de Registro promoveu a confecção do documento como sendo a data de 17/11/2018, às 00:30h e agora requer a devida retificação do documento.
3. O Ministério Público foi intimado e não apresentou parecer.
4. É o breve relato. **DECIDO.**

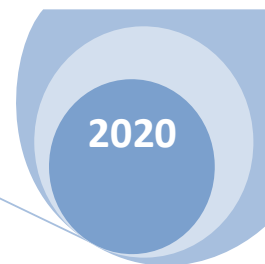
### II – FUNDAMENTAÇÃO:

5. O pedido inicial merece guarida, explico.
6. Trata-se de procedimento de jurisdição voluntária em que se pretende retificação de assentos de registro civil, deduzida com amparo na regra contida na Lei 6.015/1973, art. 109.

11/12/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: SENTENÇA

PROJUDI - Processo: 0811027-03.2020.8.23.0010 - Ref. mov. 21.1 - Assinado digitalmente por Jarbas Lacerda de Miranda:69666890682

29/06/2020: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. Arq: Sentença - procedência



**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE BOA VISTA**

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

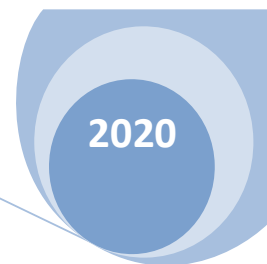
7. Os documentos apresentados na petição inicial corroboram para o deferimento do pedido inicial.
8. Do cotejo dos pedidos nos autos e o deferimento por este Juízo, verifica-se a presença de justo motivo, isso ocorre ante a ausência de prejuízos a terceiros ou à ordem pública, *mister* se faz a emissão do respectivo registro, conforme propugnado na exordial.
9. Ademais, o pedido encontra-se respaldo no ordenamento jurídico, nos termos do que dita o artigo 109, da Lei n.º 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), sendo, pois, admissível ante a apresentação de documentação legítima, conforme anexado no EP n.º 01.
10. Dessa forma, o Poder Público respeitou e respeita mais um dos fundamentos da República Federativa do Brasil que é a Cidadania, pois independentemente da classe social, cor, sexo, raça ou religião, está sendo protegido o direito de forma concreta com a consequente expedição da retificação do registro de óbito.
11. Estabelece ainda a nossa legislação de Registro Público, Lei nº 6.015/73, no seu artigo 109, que:

Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório.
12. Pelos elementos de provas existentes nos autos, ao meu sentir, ficaram demonstrados os requisitos autorizadores para a concessão da expedição de alteração do registro de óbito da data equivocadamente

11/12/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: SENTENÇA

PROJUDI - Processo: 0811027-03.2020.8.23.0010 - Ref. mov. 21.1 - Assinado digitalmente por Jarbas Lacerda de Miranda:69666890682

29/06/2020: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. Arq: Sentença - procedência



**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE BOA VISTA**

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

registrada em dia anterior ao falecimento de seu herdeiro que em vida se chamava JOSIVAN FERREIRA DOS SANTOS, bem como o registro distorcido da hora do falecimento.

13. Assim, havendo erro no registro de óbito, deve ser corrigido, para pô-lo em harmonia com o que é certo, tudo para que haja perfeito ajuste do registro ao fato.

**III – DISPOSITIVO:**

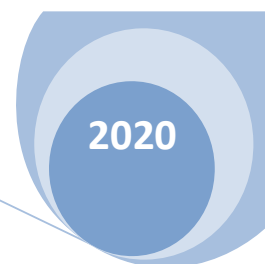
14. Diante do exposto, com fulcro nos artigos 109 da Lei n.º 6.015/73 e 487, inciso I, do CPC, **DEFIRO O PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE CERTIDÃO DE ÓBITO**, devendo comunicar ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de São Luiz do Anauá, para que promova a alteração do registro de óbito do *de cujus* JOSIVAN FERREIRA DOS SANTOS para que seja registrada a data do óbito em 18/11/2018, às 00:05h.
15. Dê ciência ao Ministério Público.
16. Certifique-se o trânsito em julgado desta decisão.
17. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios.
18. Determino que seja excluído o Estado de Roraima do polo passivo da ação.



11/12/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: SENTENÇA

PROJUDI - Processo: 0811027-03.2020.8.23.0010 - Ref. mov. 21.1 - Assinado digitalmente por Jarbas Lacerda de Miranda:69666890682

29/06/2020: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. Arq: Sentença - procedência



**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE BOA VISTA**

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

19. Em razão da pandemia provocada pelo coronavírus COVID-19, o Cartório deverá efetuar a comunicação dessa decisão por telefone e por e-mail, certificando nos autos a intimação e o nome de quem recebeu para autorização de alteração do registro de óbito e do cumprimento da ordem deste julgamento.
20. Na hipótese de apresentação de embargos de declaração por uma das partes, intime-se a parte contrária, via sistema virtual, para apresentar as contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias, após retornem-me os autos conclusos para a decisão, ficam as partes advertidas que em caso de ser protelatório será condenado em multa processual, nos termos do artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.
21. Havendo recurso da presente sentença, certifique-se acerca da tempestividade e intime-se a parte contrária, via Projudi, para apresentar suas contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias e após remetam-se os autos à instância superiora, nos termos do artigo 1.010, §§ 1º, 2º e 3º, do Código de Processo Civil.
22. Não havendo recurso, determino a remessa imediata dos autos ao arquivo.
23. Para se alcançar maior celeridade e agilidade na tramitação dos processos, nos termos do inciso XIV1 do Artigo 93 da Constituição Federal, determino aos servidores do Cartório desta Vara para adotar os comandos e procedimentos ordinatórios, sem caráter decisório,

<sup>1</sup> XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

11/12/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: SENTENÇA

PROJUDI - Processo: 0811027-03.2020.8.23.0010 - Ref. mov. 21.1 - Assinado digitalmente por Jarbas Lacerda de Miranda:69666890682

29/06/2020: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. Arq: Sentença - procedência



2020

**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE BOA VISTA**

*“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”*

objetivando a rápida solução da demanda e finalização da prestação jurisdicional, ainda que isso importe em outros atos de caráter conciliatório, administração e executórios, que deverão ser reduzidos a termo o Ato Ordinatório (Portaria Conjunta n.º 001/2016 - publicada no DJe n.º 5876) ou lavrada a respectiva certidão.

24. Publique-se. Registre. Intimem-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, data constante do sistema.

**Jarbas Lacerda de Miranda**  
Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível  
(assinado digitalmente)

11/12/2020: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: OFICIO

PROJUDI - Processo: 0811027-03.2020.8.23.0010 - Ref. mov. 45.1 - Assinado digitalmente por Valeska Cristiane de Carvalho Silva

08/10/2020: JUNTADA DE OUTROS. Arq: OFÍCIO RECEBIDO

**OFÍCIO Nº 132/2020 – VR4CVCR/CART****Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2020.**

A sua Senhoria Tabelião

**CARTÓRIO OFÍCIO ÚNICO DE SÃO LUIZ**

Av. Ataliba Gomes de Laia, 2506

Centro

SÃO Luiz do Anauá/RR

CEP 69370-000

Assunto: Mandado de Retificação

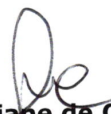
Processo: 0811027-03.2020.8.23.0010

Promovente: **JOEL DA SILVA SANTOS**

Senhor Oficial,

Por ordem do MM. Juiz Jarbas Lacerda de Miranda, encaminho o Mandado de Retificação de Certidão de óbito de **JOSIVAN FERREIRA DOS SANTOS**, conforme r. sentença em anexo.

Após providências deverá o Oficial remeter a este Juízo (4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR) a via original da Certidão de Óbito.

  
**Valeska Cristiane de Carvalho Silva**  
Técnica Judiciária – Matrícula 3011252  
4ª Vara Cível

Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, s/n.º - Centro - Boa Vista - Roraima – CEP 69301-380

Fone/Fax: 0xx(95) 3198-4717

e-mail: [v6cy@tj.rr.jus.br](mailto:v6cy@tj.rr.jus.br)

RECEBIDO
HORAS: _____
REGISTRO/OBJETO
Ju 511106814BR
Ass. _____



Data: 11/12/2020

Movimentação: DISTRIBUÍDO PARA COMPETÊNCIA EXCLUSIVA

Complemento: Vara Cível Única de São Luiz do Anauá

Por: SISTEMA CNJ

11/12/2020: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR.

Data: 11/12/2020

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR

Complemento: Registro de Distribuição

Por: SISTEMA CNJ

Data: 11/12/2020

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Por: SISTEMA CNJ

11/12/2020: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL.

Data: 11/12/2020

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL

Por: SISTEMA CNJ

11/01/2021: CONCEDIDO O PEDIDO .

Data: 11/01/2021

Movimentação: CONCEDIDO O PEDIDO

Por: Raimundo Anastácio Carvalho Dutra Filho

Relação de arquivos da movimentação:

- Decisão



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE SÃO LUIZ**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE SÃO LUIZ DO ANAUÁ - PROJUDI**

Avenida Ataliba Gomes de Laia, nº 100 - Fórum Juiz Umberto Teixeira - Centro - São Luiz do Anauá/RR - CEP: 69.370-000 -

Fone: (95) 3198 4181 - E-mail: szw@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0800918-71.2020.8.23.0060

Defiro Justiça gratuita.

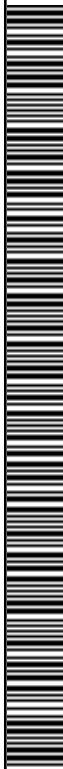
Designa-se audiência de mediação perante o CEJUSC Cível desta Comarca, e, em caso de não haver composição entre as partes, cite-se de plano a requerida para que conteste a ação após a audiência, no prazo de lei (art. 335, I, CPC).

Após, intime-se o Ministério Público para manifestação, tendo em vista haver interesse de menores.

Local e data constante do sistema.

**RAIMUNDO ANASTÁCIO CARVALHO DUTRA FILHO**

Juiz de Direito



13/01/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 13/01/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- DOCS
- KIT SEGURADORA LIDER



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO LUIZ DO ANAUA/RR**

Processo n.º **08009187120208230060**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS** e **JOAO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA**, representados por **SIMONE MENDONÇA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Alegam as partes Autoras em sua peça vestibular que seu ente querido **JOSIVAN FERREIRA DOS SANTOS**, foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em 18/11/2018, o que acarretou no seu óbito.

**No presente caso, não foi comprovada pela parte autora a NEGATIVA da Seguradora Ré do requerimento extrajudicial, com referência ao pagamento da indenização securitária, sendo, portanto, indevido o ajuizamento da presente ação.**

Ademais, de acordo com o art. 5º, §1º, da Lei nº 6.194/74, a regulação do sinistro deve ser realizada no prazo de 30 dias pela seguradora mediante a apresentação pelo segurado dos documentos que o parágrafo do dispositivo menciona.





**PRELIMINARMENTE**

**DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>[1]</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

**DO INDEFERIMENTO DA INICIAL**

Destaca-se, inicialmente, a ausência de documento indispensável a propositura de qualquer demanda judicial, qual seja, o comprovante de residência.

Compulsando os autos, percebe-se que não fora juntado documento de comprovação do domicílio do autor, em clara afronta ao artigo 320, do CPC.

Ocorre, que a ausência do referido comprovante inviabiliza até mesmo a elaboração da defesa da Ré, uma vez que impossibilita a comprovação da competência territorial.

**Diante disso, considerando o momento processual, requer a extinção da presente demanda, na forma dos artigos 321 c/c 485, I. CPC.**

**DA FALTA DE INTERESSE DE INTERESSE PROCESSUAL**

**PENDÊNCIA DOCUMENTAL**

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o *INTERESSE PROCESSUAL*.

Verifica-se que, o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

***“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.***

No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

**“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.**

**Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incursão em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.**

**O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.**

**(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).**

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

**“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.**

(...)

**§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30**

**(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)”**

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.

Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

#### **CARÊNCIA DE AÇÃO - FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO**

##### **(AUTO DE NECRÓPSIA / LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – IML).**

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT a indenize pelo suposto falecimento de seu ente no acidente noticiado.

**A RÉ DEMONSTRARÁ A SEGUIR QUE A PARTE AUTURAL CARECE DA AÇÃO POR NÃO TER FEITO A COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA SUA PRETENSÃO.**

A lei é clara, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos, quais sejam:

**“Art. 5º(...)**

**§1º(...)**

**a) Certidão de óbito, registro da ocorrência policial competente e a qualidade de beneficiários no caso de morte;**

**§3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecido diretamente pelo Instituto Médico Legal, independente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente**

Ademais, o artigo 5º da Resolução CNSP nº 07/97, repetindo praticamente o que dispõe a lei, assim disciplina:

***“Caso seja detectada falha de ordem formal em um dos documentos mencionados nos artigos 2º e 4º, ou a existência de indícios de fraude, deverá a seguradora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da documentação, notificar o interessado com “aviso de recebimento”, solicitando os documentos ou esclarecimentos necessários à elucidação do assunto.”***

Constata-se que não há nos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina a *causa mortis* da vítima como sendo oriunda de acidente automobilístico noticiado.

Essa prova documental incumbe à parte Autora, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Dessa forma, como a certidão de óbito não informa que houve acidente de trânsito, não poderia a parte autora pleitear indenização a título de seguro obrigatório, DPVAT, pelo falecimento de seu ente querido, ainda, que lhe tenha causado dor, pois o seguro DPVAT tem requisitos legais a serem obedecidos os quais são alegados ao longo da peça processual que ora se apresenta.

## **DO MÉRITO**

### **DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE**

#### **AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS MÉDICOS/DOCUMENTOS CONTEMPORÂNEOS COMPLEMENTARES/ NÃO CONSTA ACIDENTE DE TRÂNSITO NA CERTIDÃO DE ÓBITO**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela Autora é a Lei n.º 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

**EM QUE PESE A PARTE AUTORA TER JUNTADO AOS AUTOS A CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA, NÃO HÁ ELEMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR QUE A VÍTIMA TERIA FALECIDO EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO.**

**EXA., APESAR DA PARTE AUTORA TER JUNTADO A CÓPIA DA CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA, NÃO FICOU COMPROVADO ATRAVÉS DOS DEMAIS DOCUMENTOS TRAZIDOS PELO AUTOR QUE A MORTE DA VÍTIMA DECORREU DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.**

**CUMPRE-SE RESSALTAR AINDA QUE A PARTE AUTORA NÃO JUNTOU NENHUM DOCUMENTO CONTEMPORÂNEO AO SINISTRO, DEIXANDO AINDA DE APRESENTAR A CERTIDÃO DO AUTO DE NECROPSIA / LAUDO CADAVERÍCO.**

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

No caso em apreço, não obstante dispensável a verificação do elemento culpa, mormente por se tratar de um seguro cuja responsabilidade é objetiva, é imprescindível a verificação de nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e o dano fatal, sob pena de inviabilizar a indenização prevista na Lei 6194/74.

**DESTARTE, COMO NÃO HÁ COMPROVAÇÃO CABAL DO NEXO CAUSALIDADE ENTRE A MORTE E O SUPOSTO ACIDENTE NOTICIADO, DEVERÁ SER A IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO É A MEDIDA QUE SE IMPÕE.**

**DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07**

**ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74**

Cumpre salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT4.

Destaque-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil 5.

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitária deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a qualidade de única beneficiária.

**DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação6.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

**DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

**Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono SIVIRINO PAULI, inscrito sob o nº 101B/RR, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 11 de janeiro de 2021.

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RR 451-A **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **SIVIRINO PAULI**, inscrito na OAB/RR sob o nº 101-B e **DIEGO LIMA PAULI**, advogado, inscrito na OAB/RR sob o nº 858-N, ambos com escritório na AV. MARIO HOMEM DE MELO, Nº 652, CENTRO, BOA VISTA/RR. CEP: 69.301-200, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JAMYLLE MENDONCA FERREIRA SANTOS**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **SAO LUIZ DO ANAUA**, nos autos do Processo nº 08009187120208230060.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2021.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200023424

Vítima: JOSIVAN FERREIRA SANTOS

Data do Acidente: 17/11/2018

Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), SIMONE MENDONCA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

<b>Boletim de ocorrência</b>	Apresentar o Registro de Ocorrência Policial, original ou cópia autenticada, com o nome completo e correto da vítima, sem abreviações e/ou rasuras, pois o entregue está incorreto.
------------------------------	---

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 15364308

Pag. 01579/01580 - carta\_03 - MORTE



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJSXC 7SAH5 CAVU7 34TCR







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

**Rio de Janeiro, 13 de Julho de 2020**

**Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3200023424**

**Vítima: JOSIVAN FERREIRA SANTOS**

**Data do Acidente: 17/11/2018**

**Cobertura: MORTE**

**Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT**

**Senhor(a), SIMONE MENDONCA**

Informamos que não recebemos a documentação complementar solicitada necessária à análise do pedido do Seguro DPVAT.

Como o prazo de 180 (cento e oitenta) dias concedido para a entrega dos documentos terminou, o seu pedido foi interrompido, mas poderá ser reaberto assim que os documentos solicitados forem entregues.

Para a reabertura do pedido do Seguro DPVAT, retorne ao ponto de atendimento onde o seu processo foi iniciado ou acesse o aplicativo do Seguro DPVAT.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você





# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura:

☐

DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)

☐

INVALIDEZ PERMANENTE

☒

MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3 - CPF da vítima:

539.895.112-20

4 - Nome completo da vítima:

Jesivan Ferreira Santos

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

Jamylle Mendonça Ferreira Santos

6 - CPF:

11

7 - Profissão:

8 - Endereço:

Rua José Vieira Sampaio

9 - Número:

SIN

10 - Complemento:

11 - Bairro:

Zona Rural

12 - Cidade:

Carobbe

13 - Estado:

RR

14 - CEP:

69.378-000

15 - E-mail:

16 - Tel. (DDD):

(95) 9145-0332

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

Simone Mendonça

18 - CPF do Representante Legal:

010.684.172-69

19 - Profissão do Representante Legal:

11

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒

RECUSO INFORMAR

☐

SEM RENDA

☐

R\$1.00 A R\$1.000,00

☐

R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐

R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00

☐

ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☐

BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☒

REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: Banco do Brasil

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas do Segurador, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☒

Solteiro

☐

Casado (no Civil)

☐

Divorciado

☐

Separado Judicialmente

☐

Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

17.11.2018

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

Filha

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐

Sim

☒

Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☒

Sim

☐

Não

29 - Se tinha filhos, informar

Vivos: 2

Falecidos: 0

30 - Vítima deixou nascituro (vairasor)?

☐

Sim

☒

Não

31 - Vítima teve irmãos?

☒

Sim

☐

Não

32 - Se tinha irmãos, informar

Vivos: 1

Falecidos: 0

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☒

Sim

☐

Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Carabuba - RR 20/01/20

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)



# PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura:

☐

DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)

☐

INVALIDEZ PERMANENTE

☒

MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3 - CPF da vítima:

539.895.112-20

4 - Nome completo da vítima:

João Vitor Ferreira Santos

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

João Miguel Mendonça Ferreira Santos

6 - CPF:

111-111-111

7 - Profissão:

8 - Endereço:

RUA JOSE VIEIRA SAMPAIO

9 - Número:

S/N

10 - Complemento:

11 - Bairro:

Zona Rural

12 - Cidade:

CRUZEIRO

13 - Estado:

RR

14 - CEP:

69.378.000

15 - E-mail:

16 - Tel. (DDD):

(96) 9145-0332

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

Simone Mendonça

18 - CPF do Representante Legal:

010.684.172-69

19 - Profissão do Representante Legal:

— 11 —

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.00 A R\$1.000,00

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☐

BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☒

REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: Banco do Brasil

AGÊNCIA:

0000

CONTA:

0000

AGÊNCIA:

3783

4

CONTA:

7793

3

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☒ Solteiro

☐ Casado (no Civil)

☐ Divorciado

☐ Separado Judicialmente

☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

17.11.2018

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

Filho

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim

☒ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☒ Sim

☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar Vivos:

2

Falecidos: 0

30 - Vítima deixou nascituro (v(a) nascos)?

☐ Sim

☒ Não

31 - Vítima teve irmãos?

☒ Sim

☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar Vivos:

0

Falecidos: 0

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☒ Sim

☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Bar. Vitor - RR 15/01/2021

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)



## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura:

☐ DAVS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☒ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASU:

3 - CPF da vítima:

039.899.112-20

4 - Nome completo da vítima:

João com Ferreira Santos

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 443/2012

5 - Nome completo:

João Miguel Mendonça Ferreira Santos

7 - Profissão:

8 - Endereço:

RUA SOBRAL PEIXE SAMPÃO

6 - CPF:

9 - Número:

51N

10 - Complemento:

11 - Bairro:

Zona Rural

12 - Cidade:

GRACIARA

13 - Estado:

RR

14 - CEP:

69.378.000

15 - E-mail:

16 - Telefone:

(46) 9145-0332

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAI, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

Simone Mendonça

18 - CPF do Representante Legal:

010.684.172-69

19 - Profissão do Representante Legal:

20 - Complemento:

Declaro, para todos os fins de direito, residir na endereço acima informado, conforme comprovante anexado (ANEXAR CÓPIA).

21 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECURSO INFORMAR ☐ SEM RENDA

☐ R\$0,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$1.001,00 A R\$2.500,00

☐ R\$2.501,00 A R\$5.000,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

22 - DADOS BANCÁRIOS:

☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☒ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAI, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para as bases acima. Escolha uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT

que eu tiver direito, razão pela qual, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

(Informe o dígito se não for)

40 - Assinatura da vítima/beneficiário (se houver)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

45 - Assinatura do Procurador (se houver)



## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha a(s) tipo(s) de cobertura:

☐ DABS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)

☐ INVALIDEZ PERMANENTE

☒ MORTE

7 - Nº da inscrição do ASU:

3 - CPF da vítima:

4 - Nome completo da vítima:

539.845.112-20 JENILSON FERREIRA SONTOS

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 415/2012

5 - Nome completo:

Jamylle Mendonça Ferreira Sontos

6 - CPF:

11

7 - Profissão:

8 - Endereço:

Rua SCS R. VICIA Sampaio

9 - Número:

10 - Complemento:

11 - Bairro:

Zona Rural

12 - Cidade:

CRIOBARA

23 - Estado:

24 - CEP:

RR 69.378-000

15 - E-mail:

16 - Tel.(DDD):

(95) 9145-0332

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

Simone Mendonça

18 - CPF do Representante Legal:

010.684.172-69

19 - Profissão do Representante Legal:

11

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ SEM RENDA

☐ R\$1,00 A R\$1.000,00

☐ R\$1.001,00 A R\$2.500,00

☐ R\$2.501,00 A R\$5.000,00

☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☒ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Indicar uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

(Informar o dígito verificador)

40 - Local e Data:

2021 01/11 - RR Zona Rural

Simone Mendonça

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

41 - Assinatura da vítima/beneficiária (declarar)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)



572320



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SÃO JOÃO DA BALIZA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



DADOS DO REGISTRO DA OCORRÊNCIA

BOLETIM Nº 815/18	DELEGADO: AO DELEGADO TITULAR
DATA: 18/11/2018	ATENDENTE: GERALDO PANTOJA
HORA: 13h43min	LOCAL: RUA JOSE VIEIRA SAMPAIO, SN, CENTRO, CAROEBE DATA: 18/11/2018 HORA: 00H05MIN

DADOS DO COMUNICANTE

NOME: ROP CR622018 SGT/PM ITALO	RG:	CPF:
END:	Tel: (95)	

DADOS DA VITIMA

NOME: JOSIVAN FERREIRAA SANTOS	RG: 3811328/RR	CPF:
END: PJ		
FILIAÇÃO:		
GRAU DE INST:	APELIDO:	
COR / IDADE: 24 ANOS	PROFISSAO: MECANICO	
DATA DE NASCIMENTO:	FONE: (95)	
NATURALIDADE:	NACIONALIDADE:	

DADOS DO INFRATOR

NOME:	RG:	CPF:
END:		

DADOS DA INFRAÇÃO

COD. INFR.	INFRAÇÃO	QUALIFICAÇÃO
		A TIPIFICAR

BREVE RELATO DOS FATOS: A Guarnição da Polícia Militar para nos relatar que, foram acionados para uma ocorrência de acidente de trânsito, e que ao chegar ao local encontraram a vítima gravemente ferida, e que segundo testemunha, a vítima conduzia a motocicleta CG 125 TITAN AZUL PLACA NAK 4317, que colidira com o caminhão MERCEDEZ BENZ AZUL PLACA JXK 1127, que estava estacionado, que após o acidente o Samu chegou juntamente com o medico DR. Ruan Carlos, que constatou o óbito da vítima, e como foi informado que a Perícia e o IML, dificilmente iria comparecer, o medico, autorizado pelo Delegado Titular desta Depol, fizeram todos os procedimentos para a documentação de constatação de óbito e liberação do corpo da vítima aos familiares, conforme orientação do agente plantonista desta DP, e que o veiculo fora entregue junto com o ROP. É o breve relato.

COMUNICANTE

AVISO: 1 - SOLICITAMOS QUE CASO OBTENHA NOVAS INFORMAÇÕES QUE AJUDEM NAS INVESTIGAÇÕES COMPAREÇA A ESTA DELEGACIA;

AVISO: 2 - O comunicante é responsável pelas declarações prestadas, sujeito às penas arts. 339 (Denúnciação Caluniosa) e 340 (Comunicação falsa de crime) do CPB.

ATENDENTE

RESERVADO PARA DESPACHO DA AUTORIDADE POLICIAL

<input checked="" type="checkbox"/> Fato Atípico (Arquivar);	<input type="checkbox"/> Intimar comunicante;	<input type="checkbox"/> Aguardar audiência agendada;
<input type="checkbox"/> OM ao SO, relatório em ____ dias - APC	<input type="checkbox"/> Aguardar novos fatos ou representação;	
<input type="checkbox"/> Outra(s) providência(s):		
<input type="checkbox"/> Elabore-se ____ art(s).		

09/01/18

Delegado(a) de Polícia Civil

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SÃO JOÃO DA BALIZA  
AVENIDA SÃO CRISTÓVÃO, 357, CENTRO, SÃO JOÃO DA BALIZA - RR, CEP: 69.375-000, FONE: (95) 3236-1246/1134  
E-mail: depolbaliza@hotmail.com

Carpe eae Digital

Delegado(a) de Polícia Civil



REPÚBLICA DE ALTO VOLTA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

### CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME:

**JOSIVAN FERREIRA SANTOS**

MATRICULA:

**15812101 55 1987 1 00009 090 0006180 17**

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO:

Quinze de junho de mil novecentos e noventa e quatro

DIAS: 15  
MES: 06  
ANO: 1994

LOCAL DE NASCIMENTO E QUADRA DE LOCALIDADE:

1630 Carnebe/RR

LOCAL DE NASCIMENTO E LOCAL DE RESIDÊNCIA LOCAL DE NASCIMENTO

São Luiz/RR

Carnebe/RR

SEXO:

masculino

**JOEL DA SILVA SANTOS e ELCI FERREIRA SANTOS**

Maternos: Sr. João dos Santos e Emira Carbebe da Silva Santos

Maternos: Cavalão Ferreira dos Santos e Maria Evangelista dos Santos

SEXO: NOME: MATRICULA: DATA DE NASCIMENTO:

Não há

DATA DE REGISTRO POR EXTENSO:

Vinte e quatro de novembro de mil novecentos e noventa e seis

NÚMERO DA REGISTRAÇÃO DE NASCIMENTO:

Não informado

Observações:

Não há

Assinatura: CARLTON DE SAO LUIZ - RR

Carla Rocha de Saia - Mãe: Viana

Assinatura: CARLTON DE SAO LUIZ - RR

Assinatura: Carissa Rodrigues de Saia, Mãe: Saia, São Luiz - RR

CEP: 68.070-000. Telefone: (93) 337-706

E-mail: carlton.saia@gmail.com

O conteúdo desta certidão é verdadeiro. São Luiz, 06 de dezembro de 2018

**GEORGINA FANTLEIRA SILVA**  
2ª Sra. Sra.

BRASIL 1100806982 BNP



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Registro Civil das Pessoas Naturais



## CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME  
**JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS**

MATRÍCULA  
**158113 01 55 2016 1 00014 100 0004000 50**

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

ONZE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSEIS

DIA MÊS ANO

11 03 2016

HORA DE NASCIMENTO MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

15:07

RORAINÓPOLIS - RR

MUNICÍPIO DE REGISTRO E  
UNIDADE DA FEDERAÇÃO

RORAINÓPOLIS - RR

LOCAL DE NASCIMENTO

HOSPITAL REGIONAL SUL GOV OTTOMAR DE SOUSA PINTO

SEXO

FEMININO

FILIAÇÃO

JOSIVAN FERREIRA SANTOS  
SIMONE MENDONÇA

AVÓS

JOEL DA SILVA SANTOS  
ELCI FERREIRA SANTOS  
MARLUCE DE SOUZA MENDONÇA

GÊMEO NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)  
NÃO NADA CONSTA

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO)

VINTE E NOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSEIS

Nº DA DECL. DE NASCIDO VIVO

30674298057

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Registro feito no livro A 0014, às fls. 100, sob o nº 4000. DECLARANTE JOSIVAN FERREIRA SANTOS.

NOME DO OFÍCIO: OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

IDENTIFICAÇÃO DA SERVENTIA (CNS): 158113

OFICIAL(A): INÊS MARIA VIANA MARASCHIN

MUNICÍPIO: RORAINÓPOLIS-RR

ENDEREÇO: AV DRA YANDARA, S/N - CENTRO

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé  
RORAINÓPOLIS - RR, 29 de março de 2016

CÁLIA VIANA MARIANO  
ESCREVENTE AUTORIZADA  
Cália Viana Mariano  
Escrevente Autorizada  
RORAINÓPOLIS - RR

396777

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME:

JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA SANTOS

MATRÍCULA:

16B121 01 65 2018 1 00042 297 0016852 92

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

Três de fevereiro de dois mil dezoito

DA

MES

ANO

13

02

2018

HORA

11:45

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Rorainópolis/RR

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

São Luiz/RR

LOCAL DE NASCIMENTO

Hosp. Regional Sul Governador Otomar  
de Souza Pinto

SEXO

masculino

FILIAÇÃO

JOSIVAN FERREIRA SANTOS e SIMONE MENDONÇA

AVÓS

Paternos: Joel da Silva Santos e Eliel Ferreira Santos

Maternos: Marluce de Souza Mendonça

CEMID

NOME EMATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

Não

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

Três de março de dois mil dezoito

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO

30753030618

OBSERVAÇÕES

Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF nº.070.519.872-32, conforme Instrução  
Normativa RFB 1548/15

Exatidão Isentos

NOME DO UNID. CARTÓRIO DE SÃO LUIZ - RR

OFICIAL REGISTRADOR Tiago Natar Vilela

MUNICÍPIO COMARCA São Luiz/RR

ENDEREÇO Travessa Rodoviária, nº 65, Centro, São Luiz/RR

CEP: 55.378-500. Telefone: (08) 3637-1700

E-mail: cartorio@saoluiz.gov.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. São Luiz, 13 de março de 2018

TIAGO NATAR VILELA  
Registrador





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

JOSIVAN FERREIRA SANTOS

MATRÍCULA:

158121 01 55 2019 4 00004 207 0000976 26

SEXO

masculino

COR

Parda

ESTADO CIVIL E IDADE

solteiro e 24 anos de idade

NATURALIDADE

Caroebe-RR

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

381132-8 - SESP/RR

ELEITOR

SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

Filho de Joel da Silva Santos e Elci Ferreira Santos. Residência: Rua João Nilo, S/N dos Estados - Caroebe\RR

DATA E HORA DE FALECIMENTO

Dezessete de novembro de dois mil dezoito. Hora: 00:30

DIA

17

MÊS

11

ANO

2018

LOCAL DE FALECIMENTO

Rua José Viera Sampaio, S/N, Bairro Bela Vista, Caroebe-RR em(na) Caroebe/RR

CAUSA DA MORTE

a) Trauma Crânio Encefálico, b) Fratura Exposta Craneal, c) Acidente de Moto

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO

E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO)

Cemitério de Caroebe-RR

DECLARANTE

JOEL DA SILVA SANTOS

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

pelo(a) doutor(a) JUAN CARLOS PEREZ LORENZO, CRM nº 1318

OBSERVAÇÕES

Profissão: Autonomo. O falecido era eleitor, não deixou bens a inventariar e não deixou testamento conhecido. O falecido deixou 2 filho(s).

Emolumentos Isentos.

NOME DO OFÍCIO: CARTÓRIO DE SÃO LUIZ - RR

OFICIAL REGISTRADOR: Tiago Natari Vieira

MUNICÍPIO/COMARCA/UF: São Luiz/RR

ENDEREÇO: Travessa Rodoviária, nº 68 - Centro, São Luiz/RR

CEP: 69.370-000. Telefone: (95) 3537-1706.

Email: cartoriosla@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.  
São Luiz, 10 de janeiro de 2019

GEORDÂNIA PONTES DA SILVA  
2ª Substituta

Geordânia Pontes da Silva  
Substituta

**CARTÓRIO LOUREIRO**

DR. JOZIEL LOUREIRO

TABELÃO E REGISTRADOR

AV. VILA RUY, Nº 563 - CENTRO - BOA VISTA/RR - TEL. (95) 3624-6097 - ATENDIMENTO: 8h às 18h

AUT. Confere com o Documento Original Apresentado. Dou fé  
LAF. Em testemunho da verdade.

Boa Vista-RR, 16/12/2019 Nº Ticket: 00142

Emol: 2,45, FUNDEJURR 0,25, FISC 0,10, FECON 0,10, ISS 0,10

Selo REC FIR 15834545J4J22480JVVWC11

Consulte seu selo: <https://cidadao.portalselrr.com.br>

CPF Solicitante: 16435753253

Andre Sabino  
Escritor Autorizado  
Cartório

ARPENBRASIL AA 011647560 BRP



via de pagamento para o mes/ano: 12/2019 referente a UC: 5270081



**RORAIMA ENERGIA**

AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ, 691, CENTRO - BOA VISTA

CNPJ: 02.341.470/0001-44

IE: 240070223

**VIA PARA PAGAMENTO DE CONTA DE ENERGIA**

NF: 4345127

**ELVIRA GOMES DA SILVA SANTOS**

R. JOSE VIEIRA SAMPAIO, S/N, CASA

CENTRO

69000000 CAROEBE

RR

CÓDIGO ÚNICO	MÊS	PERÍODO DE CONSUMO
5270081	12/2019	29-NOV-19 a 31-DEC-19
CONSUMO (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
221	16-JAN-20	R\$ 178,85

**OBSERVAÇÕES**

- A taxa referente a emissão de segunda via de pagamento não será cobrada
- Ligue Roraima Energia: 0800 70 19 120

autenticação mecânica

recorte aqui



**RORAIMA ENERGIA**

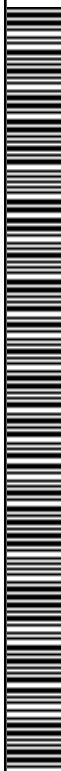
AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ, 691, CENTRO - BOA VISTA

CNPJ: 02.341.470/0001-44

IE: 240070223

CÓDIGO ÚNICO	MÊS	TOTAL A PAGAR
5270081	12/2019	R\$ 178,85

836100000014.788500750005.000000005272.008112190056



via de pagamento para o mes/ano: 12/2019 referente a UC: 5270081



**RORAIMA ENERGIA**

AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ, 691, CENTRO - BOA VISTA

CNPJ: 02.341.470/0001-44

IE: 240070223

**VIA PARA PAGAMENTO DE CONTA DE ENERGIA**

NF: 4345127

**ELVIRA GOMES DA SILVA SANTOS**

R. JOSE VIEIRA SAMPAIO, S/N, CASA

CENTRO

69000000 CAROEBE

RR

CÓDIGO ÚNICO	MÊS	PERÍODO DE CONSUMO
5270081	12/2019	29-NOV-19 a 31-DEC-19
CONSUMO (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
221	16-JAN-20	R\$ 178,85

**OBSERVAÇÕES**

- A taxa referente a emissão de segunda via de pagamento não será cobrada
- Ligue Roraima Energia: 0800 70 19 120

autenticação mecânica

recorte aqui



**RORAIMA ENERGIA**

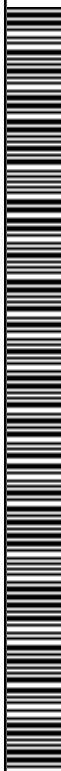
AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ, 691, CENTRO - BOA VISTA

CNPJ: 02.341.470/0001-44

IE: 240070223

CÓDIGO ÚNICO	MÊS	TOTAL A PAGAR
5270081	12/2019	R\$ 178,85

836100000014.788500750005.000000005272.008112190056



via de pagamento para o mes/ano: 12/2019 referente a UC: 5270081



**RORAIMA ENERGIA**

AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ, 691, CENTRO - BOA VISTA

CNPJ: 02.341.470/0001-44

IE: 240070223

**VIA PARA PAGAMENTO DE CONTA DE ENERGIA**

NF: 4345127

**ELVIRA GOMES DA SILVA SANTOS**

R. JOSE VIEIRA SAMPAIO, S/N, CASA

CENTRO

69000000 CAROEBE

RR

CÓDIGO ÚNICO	MÊS	PERÍODO DE CONSUMO
5270081	12/2019	29-NOV-19 a 31-DEC-19
CONSUMO (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
221	16-JAN-20	R\$ 178,85

**OBSERVAÇÕES**

- A taxa referente a emissão de segunda via de pagamento não será cobrada
- Ligue Roraima Energia: 0800 70 19 120

autenticação mecânica

recorte aqui



**RORAIMA ENERGIA**

AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ, 691, CENTRO - BOA VISTA

CNPJ: 02.341.470/0001-44

IE: 240070223

CÓDIGO ÚNICO	MÊS	TOTAL A PAGAR
5270081	12/2019	R\$ 178,85

836100000014.788500750005.000000005272.008112190056





## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha a(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DANOS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☒ MORTE

2 - Nº do Registro do ASL: 3 - CPF da vítima: 4 - Nome completo da vítima: 539.855.112-24 Janylla Mendonça Fereira Santos

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Janylla Mendonça Fereira Santos 6 - CPF: 11  
7 - Profissão: 8 - Endereço: Rua José Vieira Sampaio 9 - Número: 514 10 - Complemento:  
11 - Bairro: Zona Rural 12 - Cidade: Carabell 13 - Estado: RJ 14 - CEP: 69-378-000  
15 - E-mail: 16 - Tel. (DDD): (99) 9146-0332

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOS E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: Simone Mendonça  
18 - CPF do Representante Legal: 010.684.132-69 19 - Profissão do Representante Legal: 11

Declaro, para todos os fins de direito, residir na endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ R\$ 0,00 A R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 A R\$ 2.500,00 ☐ R\$ 2.501,00 A R\$ 5.000,00  
☐ SEM RENDA ☐ ACIMA DE R\$ 5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☒ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR, TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (somente para contas abertas, atual e em nome de uma pessoa)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)  
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (somente em nome de uma pessoa)

Nome do BANCO: Banco do Brasil

AGÊNCIA: 3783 4 CONTA: 7793 3  
(informar o dígito de verificação) (informar o dígito de verificação) (informar o dígito de verificação) (informar o dígito de verificação)

Autorizo a Seguradora LIDER a debitar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já, a quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da lei, que não impossibilito de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.134/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento na análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em não submeter à análise médica presencial, caso necessário, as custas da Seguradora LIDER para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causada por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.134/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concussão e nem a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu resultado.

DECLARAÇÃO DE ÚNICO BENEFICIÁRIO - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☒ Solteiro ☐ Casado (no CIV) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima: 17.11.2018

25 - Grau de parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☒ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: Janylla

28 - Vítima teve filhos? ☒ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar: 30 - Vítima deixou bens? ☐ Sim ☒ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☒ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar: 33 - Vítima deixou pais/avós? ☒ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora LIDER pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte aos meus beneficiários que se apresentarem e provarão, nesta condição, a minha morte, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

34 - Nome legível de quem assina o pedido (a rogo):

35 - Nome legível de quem assina o pedido (a rogo):

36 - CPF legível de quem assina o pedido (a rogo):

37 - Assinatura de quem assina o pedido (a rogo):

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Rua Vista - RR 22/01/20

42 - Assinatura de vítima/beneficiário (declarante)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

Simone Mendonça

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)





## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) da cobertura:



DAMN (DESPESES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)



INVALIDEZ PERMANENTE



MORTE

2 - Nº do sinistro ou ACIL

3 - CPF da vítima

330.895.112-20

4 - Nome completo da vítima

João Vitor Ferreira Santos

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

João Miguel Mendonça Ferreira Santos

6 - CPF

11

7 - Profissão

8 - Endereço

RUA 8052 VIEIRA SAMPAIO

9 - Número

10 - Complemento

11 - Bairro

Zona Rural

12 - Cidade

Caracara

13 - Estado

RR

14 - CPF

69.378.000

15 - E-mail

16 - Te (DDD)

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAI, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR DE 18 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

Simone Mendonça

18 - CPF do Representante Legal:

010.684.172-69

19 - Profissão do Representante Legal:

11

Declara, para todos os fins de direito, residir na endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ SEM RENDA

☐ R\$1,00 A R\$1.000,00

☐ R\$1.000,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ R\$2.500,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☒ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAI, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (somente para bancos abertos. Assine uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informe o dígito de validação)

(Informe o dígito de validação)

AGÊNCIA:

3783

9

CONTA:

7793

3

(Informe o dígito de validação)

(Informe o dígito de validação)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o arquivamento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas do requerente, conforme disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discordar da sua conclusão.

DECLARAÇÃO DE ONIBUS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☒ Solteiro

☐ Casado (ou Civil)

☐ Divorçado

☐ Separado judicialmente

☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

17.11.2018

25 - Onde ocorreu o acidente com a vítima:

Fuente

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim

☒ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima beneficiária?

☒ Sim

☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar vivos:

2

Falecidos:

0

30 - Vítima deixou herdeiros (se houver)?

☒ Sim

☐ Não

31 - Vítima tinha irmãos?

☒ Sim

☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar vivos:

1

Falecidos:

0

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☒ Sim

☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e proverem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além de responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou do representante legal

35 - Nome legível de quem assina o pedido (a pedido)

36 - CPF legível de quem assina o pedido (a pedido)

37 - Assinatura de quem assina o pedido (a pedido)

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Fuente, RR, 15/01/2019

Simone Mendonça

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL 34T122-8 DATA DE  
EXPEDIÇÃO 09/09/2008

NOME  
**JOSIVAN FERREIRA SANTOS**

RELACÃO  
**JOEL DA SILVA SANTOS**  
**ELCI FERREIRA SANTOS**

NATURALIDADE  
**CAROEBE - RR** DATA DE NASCIMENTO  
**15/06/1994**

DOC ORDEM  
**CERTO NASC 6180 FLS 90V LIV A-9**  
**SÃO LUIZ DO ANAUÁ - RR**

1 VIA *Rita de Cássia Coelho de Araújo*  
*Directora do ITOC* P 13

LEI Nº 7.116 DE 20/05/83

 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal**

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome  
**JOSIVAN FERREIRA DOS SANTOS**

Nº de Inscrição  
**539895112- 20**

Data do Nascimento  
**15/07/1994**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME:

JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA SANTOS

MATRÍCULA:

158121 01 55 2018 1 00042 297 0016862 92

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

Treze de fevereiro de dois mil dezoito

DIA

13

MÊS

02

ANO

2018

HORA

11:45

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Rorainópolis/RR

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

São Luiz/RR

LOCAL DE NASCIMENTO

Hosp. Regional Sul Governador Ottomar  
de Souza Pinto

SEXO

masculino

FILIAÇÃO

JOSIVAN FERREIRA SANTOS e SIMONE MENDONÇA

AVÓS

Paternos: Joel da Silva Santos e Elci Ferreira Santos

Maternos: Marluce de Souza Mendonça

GÊMEO

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

Não

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

Treze de março de dois mil dezoito

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

30753030618

OBSERVAÇÕES

Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF nº.070.519.872-32, conforme Instrução  
Normativa RFB 1548/15

Emolumentos Isentos.

NOME DO OFÍCIO: CARTÓRIO DE SÃO LUIZ - RR

OFICIAL REGISTRADOR: Tiago Natari Vieira

MUNICÍPIO/COMARCA/UF: São Luiz/RR

ENDEREÇO: Travessa Rodoviária, nº 68, Centro, São Luiz/RR -

CEP: 69.370-000. Telefone: (95) 3537-1708.

Email: cartoriofiba@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.  
São Luiz, 13 de março de 2018

TIAGO NATARI VIEIRA  
Registrador

99018 BRP

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO ODILIO CRUZ

Poligrafo Direto

*Sumone Mendoça*

ASSINATURA DO IDENTIFICADO

**CARTÓRIO**  
DE NOTAS PROTESTANTES  
EXERCÍCIO DE  
AUTENTICAÇÃO

tabranasp@protonmail.com 55 98 3238.2068  
Rua Pedro Daniel da Silva, 1823 - Centro  
Rorainópolis-RR - CEP: 69.373-000

Autentico por ser fotocópia fiel do documento apresentado. O referido é  
verdade e do Rorainópolis - RR, 30 de dezembro de 2019

SELO T.J.R. RECIPRI 661331WYLS00KECFMENK5, Data/Hora: 30/12/2019  
11:11:39, Total: R\$ 4,50, Ementário: R\$ 2,45, FECOM: R\$ 0,10,  
FISCALIZAÇÃO: R\$ 0,10, FUNDO JUR: R\$ 0,26, IRS: R\$ 0,10, Selo: R\$  
1,50. Consuma-se a via, ficando o portal eletrônico em: [portal.eletronico.br](http://portal.eletronico.br)

ROSILENE GOMES DE LIMA - Escrevente Autorizada

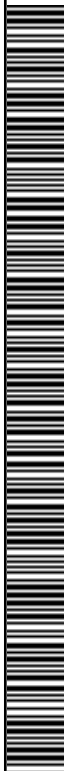
**CODIGO DE CONTROLE**  
**D5FD.C070.AAD2.9644**

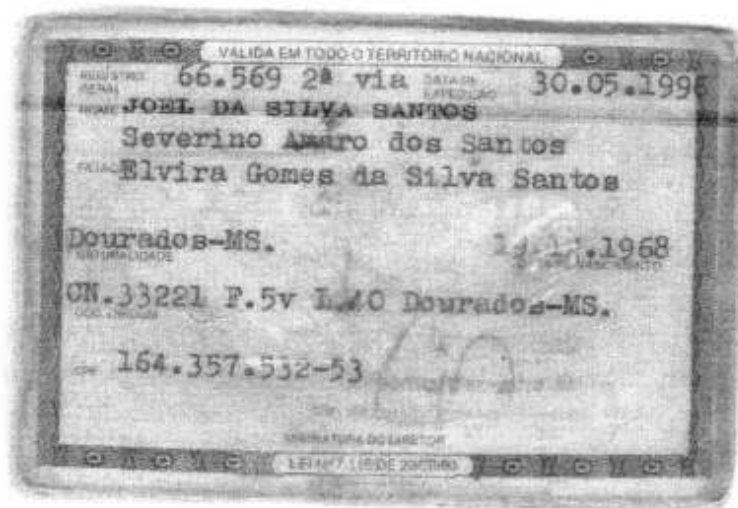
A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na internet, no endereço  
**www.receita.fazenda.gov.br**

**Comprovante emitido pela**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
às 16:58:13 do dia 18/01/2013 (hora e data de Brasília)  
dígitto verificador: 00









República Federativa do Brasil Ministério da Saúde 2ª VIA - CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL		Declaração de Óbito		18013922-3	
I Identificação	1 Tipo de óbito <input type="checkbox"/> Fatal <input type="checkbox"/> Não fatal	2 Data do óbito	3 Hora	4 Causa SUS	5 Maternidade
	6 Nome do falecido	7 Nome da Mãe			
	8 Nome da Pai	9 Data de nascimento			
	10 Idade Anos completos Meses Dias	11 Sexo <input type="checkbox"/> M - Masculino <input type="checkbox"/> F - Feminino <input type="checkbox"/> Ignorado	12 Raça/Cor <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena	13 Situação conjugal <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado (casamento) <input type="checkbox"/> Casado (união estável) <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> Ignorado	
14 Escolaridade (última série concluída) <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª série) <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª série)	15 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentado / desempregado) <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo	16 CEP			
II Residência	17 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)				
III Ocorrência	18 Bairro/Distrito	19 Código	20 Município de residência	21 CEP	22 UF
IV Preenchimento exclusivo para óbitos de menores de 1 ano - informações sobre a mãe	23 Local de ocorrência do óbito <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Domicílio <input type="checkbox"/> Outros estabelecimento <input type="checkbox"/> Via pública	24 Estabelecimento	25 Código CNES		
	26 Endereço da ocorrência, se fora do estabelecimento ou de residência (rua, praça, avenida, etc.)				
	27 Bairro/Distrito	28 Código	29 Município de ocorrência	30 CEP	31 UF
	32 Preenchimento exclusivo para óbitos de menores de 1 ano - informações sobre a mãe				
V Condições e causas do óbito	33 Idade (anos)	34 Escolaridade (última série concluída) <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª série) <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª série)	35 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentado / desempregado) <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo	36 Código CBO 2002	
	37 Número de filhos vivos nascidos vivos	38 Nº de semanas de gestação	39 Tipo de gravidez <input type="checkbox"/> Única <input type="checkbox"/> Dupla <input type="checkbox"/> Tripla e múltipla <input type="checkbox"/> Ignorada	40 Tipo de parto <input type="checkbox"/> Vaginal <input type="checkbox"/> Cesáreo <input type="checkbox"/> Ignorado	41 Morte em relação ao parto <input type="checkbox"/> Antes <input type="checkbox"/> Durante <input type="checkbox"/> Depois <input type="checkbox"/> Ignorado
	42 Sexo da mãe	43 Tipo de parto	44 Morte em relação ao parto	45 Pese ao nascer	46 Número da Declaração de Nascimento
	47 Queda de mãe e criança				
VI Médico	48 A morte ocorreu <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	49 Receber assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado	50 Necropsia? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado		
	51 Causas da morte (parte I) Ocorrência do estado morbido que conduziu diretamente à morte.				
	52 Causas antecedentes Eventos morbidos, de caráter, que precederam a causa acima registrada, mencionando-se os métodos e locais de ocorrência.				
	53 PARTE II Outras condições significativas que contribuíram para a morte, e que não entraram, porém, em causas acima.				
VII Causas externas	54 Nome do médico	55 CRM	56 Óbito atestado por Médico <input type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> ILM	57 Município e UF do SVO ou ILM	
	58 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.)	59 Data do atestado	60 Assinatura	61 UF	
	62 PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (informações de caráter estatístico epidemiológico) <input type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Suicídio <input type="checkbox"/> Outros				
	63 Descrição sucinta do evento, incluindo o tipo de local de ocorrência				
VIII Cartório	64 A Ocorrência foi em via pública. ANOTAR O ENDEREÇO Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)				
	65 Carteira	66 Código	67 Registro	68 Data	69 UF
	70 Município	71 UF			
	72 Declarante				
IX Localidade	73 Testemunhas A B				



# CARTÓRIO DE NOTAS, PROTESTOS E REGISTRO CIVIL



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
1º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL E  
PROTESTOS DE TÍTULOS DA COMARCA DE  
RORAINÓPOLIS

Inês Maria Viana Maraschin - Tabeliã

Av. Dra. Yandara, s/n. Centro, Rorainópolis/RR - CEP: 69.373-000 Fone: (95)  
3238-2068 Email: tabrorainopolis@gmail.com



LIVRO Nº 051

ATO Nº 03296

FLS. 150  
1º TRASLADO

## PROCURAÇÃO QUE FAZ E ASSINA NA FORMA ABAIXO DECLARADA

**SAIBAM** quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, **aos trinta (30) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezenove (2019)**, neste município de Rorainópolis - Estado de Roraima, perante mim, Escrevente Autorizada, compareceu como **OUTORGANTE SIMONE MENDONÇA**, brasileira, solteira, do lar, filha de Marluce de Souza Mendonça, nascida em 08/09/1991, portadora da cédula de identidade RG nº 354932-1 SSP/RR emitida em 12/01/2007, e inscrita no CPF/MF sob o nº 010.684.172-69, residente e domiciliada na Vila Jundiá, Rorainópolis/RR, identificada como a própria, conforme documentos apresentados para lavratura desta procuração, do que dou fé. Pela parte, me foi dito que por este instrumento nomeia e constitui seu bastante **PROCURADOR JOEL DA SILVA SANTOS**, brasileiro, divorciado, aposentado, filho de Severino Amaro dos Santos e Elvira Gomes da Silva Santos, nascido em 19/12/1968, portador da cédula de identidade RG nº 66569 SSP/RR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 164.357.532-53, residente e domiciliado no município de Caroebe/RR, a quem confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para o fim especial de, perante qualquer EMPRESA DE SEGUROS, onde com esta se apresentar e preciso for, requerer, dar andamento, receber e assinar quaisquer documentos relativos à Indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT a que tem direito a Outorgante, podendo para tanto, abrir e acompanhar autos, firmar compromissos e obrigações, transigir, desistir, juntar e retirar documentos, fazer declarações e justificações, produzir provas, requerer certidões de quaisquer espécies e praticar todos atos necessários, inclusive requerer, recorrer, constituir advogado com poderes da cláusula "ad judicium e et extra" com os mais amplos poderes em qualquer juízo, instância ou tribunal; podendo ainda dito procurador, junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais competente, requerer e retirar, por qualquer meio, 2ª Vias de documentos, inclusive 2ª Vias das Certidões de Nascimento dos filhos da outorgante, podendo assinar termos, requerimentos, declarações e demais documentos necessários, pagar taxas, enfim, praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao fiel desempenho do presente mandato procuratório. Os dados contidos neste instrumento foram fornecidos e conferidos pelo Outorgante, e por eles assume total responsabilidade. Assim o disse do que dou fé, e me pediu este instrumento que lhe(s) é lido em voz alta e clara que aceita(m), e assina(m). Dispensadas as testemunhas nos termos da lei nº 6.952 de 06 de novembro de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 1981. Eu, **Rosilene Gomes de Lima** - Escrevente Autorizada, que a fiz digitar, colhendo a(s) assinatura(s) do(s) Outorgante(s). Nada mais.

Procuração: SELO TJRR: PROPUB158113CF9FSFKK5U4TAW11. Total: R\$ 52,85.  
Emolumentos: R\$ 41,10, FECOM: R\$ 2,05, FISCALIZACAO: R\$ 2,05, FUNDEJURR: R\$ 4,10, ISS: R\$ 2,05, Selo: R\$ 1,50

*Simone*

*Rosilene Gomes de Lima*  
Escrevente Autorizada  
Tab. Rorainópolis - RR



tabrorainopolis@gmail.com 55 95 3238 2068  
Av. Dra. Yandara, s/n | Centro | Rorainópolis | RR | Cep: 69.373.000



CARTÓRIO DE NOTAS PROTESTOS  
E REGISTRO CIVIL  
Rua Pedro Daniel da Silva, nº 1825 Centro  
Cep: 69.373-000  
RORAINÓPOLIS-RR



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**1º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO CIVIL E**  
**PROTESTOS DE TÍTULOS DA COMARCA DE**  
**RORAINÓPOLIS**

**Inês Maria Viana Maraschin - Tabeliã**

Av. Dra. Yandara, s/n, Centro, Rorainópolis/RR - CEP. 69.373-000. Fone. (95)  
3238-2068 Email: tablorainopolis@gmail.com



Traslado: SELO TJRR: CERATO158113LUNM0B2KCFBBDW78. Total: R\$ 11,70,  
Emolumentos: R\$ 8,20, FECOM: R\$ 0,40, FISCALIZACAO: R\$ 0,40, FUNDEJURR: R\$  
0,80, ISS: R\$ 0,40, Selo: R\$ 1,50

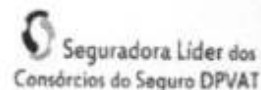
Rorainópolis/RR, 30 de dezembro de 2019.

  
**SIMONE MENDONÇA**  
Outorgante

**ROSILENE GOMES DE LIMA**  
Escriturante Autorizada  
Rorainópolis-RR

CARTÓRIO DE NOTAS PROTESTOS  
E REGISTRO CIVIL  
Rua Pedro Daniel da Silva, nº 1825 Centro  
Cep: 69.373-000  
RORAINÓPOLIS-RR

## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0019990/20

**Vítima:** JOSIVAN FERREIRA SANTOS

**CPF:** 539.895.112-20

**CPF de:** Próprio

**Data do acidente:** 17/11/2018

**Titular do CPF:** JOSIVAN FERREIRA SANTOS

**Seguradora:** UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Certidão de nascimento  
Certidão de óbito  
Documentos de identificação  
Outros

#### **SIMONE MENDONCA : 010.684.172-69**

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência  
Documentos de identificação

#### **JOAO MIGUEL FERREIRA MENDONCA : 070.519.872-32**

Autorização de pagamento  
Certidão de nascimento  
Comprovante de residência  
Declaração de únicos herdeiros  
Documentos de identificação

#### **JAMYLLE MENDONCA FERREIRA SANTOS :**

Autorização de pagamento  
Certidão de nascimento  
Comprovante de residência  
Declaração de únicos herdeiros  
Documentos de identificação

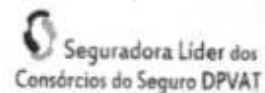
### ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização de morte por acidente ocorrido a partir de 29.12.2006 é de R\$13.500,00. Metade desse valor é pago ao cônjuge ou companheiro/a, se houver, e metade aos herdeiros legais da vítima. Havendo mais de um herdeiro, a cota é dividida entre eles, no quanto couber cada um.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 15/01/2020  
Nome: SIMONE MENDONCA  
CPF: 010.684.172-69

\_\_\_\_\_  
SIMONE MENDONCA

### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 15/01/2020  
Nome: GLORIA DOS SANTOS ALMEIDA  
CPF: 104.396.626-99

\_\_\_\_\_  
GLORIA DOS SANTOS ALMEIDA



## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0019990/20

**Vítima:** JOSIVAN FERREIRA SANTOS

**CPF:** 539.895.112-20

**CPF de:** Próprio

**Data do acidente:** 17/11/2018

**Titular do CPF:** JOSIVAN FERREIRA SANTOS

**Seguradora:** UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Certidão de nascimento  
Certidão de óbito  
Documentos de identificação  
Outros

#### **SIMONE MENDONCA : 010.684.172-69**

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência  
Documentos de identificação

#### **JOAO MIGUEL FERREIRA MENDONCA : 070.519.872-32**

Autorização de pagamento  
Certidão de nascimento  
Comprovante de residência  
Declaração de únicos herdeiros  
Documentos de identificação

#### **JAMYLLE MENDONCA FERREIRA SANTOS :**

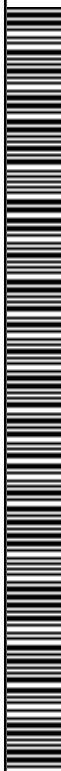
Autorização de pagamento  
Certidão de nascimento  
Comprovante de residência  
Declaração de únicos herdeiros  
Documentos de identificação

### ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização de morte por acidente ocorrido a partir de 29.12.2006 é de R\$13.500,00. Metade desse valor é pago ao cônjuge ou companheiro/a, se houver, e metade aos herdeiros legais da vítima. Havendo mais de um herdeiro, a cota é dividida entre eles, no quanto couber cada um.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.





## RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



### Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 15/01/2020  
Nome: SIMONE MENDONCA  
CPF: 010.684.172-69

\_\_\_\_\_  
SIMONE MENDONCA

### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 15/01/2020  
Nome: GLORIA DOS SANTOS ALMEIDA  
CPF: 104.396.626-99

\_\_\_\_\_  
GLORIA DOS SANTOS ALMEIDA





Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

ENTRE (DA SEDE DO SA-FUNAL) ONIBUS A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

### Figure 4

Sociedade anônima

**Source: Environmental**

Normal

### 100. An Experiment

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

### Ultima Argumentar

0000131301 - 18/12/2017

ISSN: 11.1.0016479-4

SEGURO DPVAT S/A

Sales(s): 102595004

Hash: ECC32023-D73D-4232-8033-7CC90410A908

Órgão	Calculado	Pago
Juiza	570,00	570,00
DRJ	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO OPVAT S/A

NÍQUE: 133.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 000073149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD59743867A48220CFUK4B56AFAD5E5ECF8FFD5CF68740F233K496A7DA8DK1FD8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 2/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESEÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149055 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48229CFDE4356AFAD58CF8FFD5CF68740F233E496AFDA80KIFR8

Para validar o documento acesse <http://www.jucexja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/13



JUCEXJA  
www.jucexja.rj.gov.br





Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crime previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o Item (III) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Torres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures and initials.*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028478-6 Protocolo: 09-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149055 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA4E220CFDB456APADE5ECF8FFD5CF6B740F233E496AFTA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 4/13





Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro - Rio de Janeiro CEP 20031-205




**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2016/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5BCF8FFD5CFE8740F233E496AFDA8081F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220C7EE4B36AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F68

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149039 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA89220CFDE4B56AFAD5ECF8740F233E496AFDA30E1FDE

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/15







14

ISSN 1677-2642

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 16, terça-feira, 23 de janeiro de 2018

#### PORTARIA Nº 785, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente do Supes, por meio da Portaria n.º 4.323, de 10 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea e do artigo 34 da Lei nº 9.647, de 24 de setembro de 1968 e a que consta do processo Supes 15414.62361/2017-16, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes alterações propostas pelo Conselho de ALUM SEGURADORA S.A. - MICROSEGURADORA, CNPJ nº 33.304.000/00-01, com sede no estado do Rio de Janeiro - RJ, na sociedade geral com o endereço registrado em 26 de junho de 2017.

1 - Alteração do capital social em R\$ 400.000,00, elevando-o para R\$ 1.125.000,00, dividido em 179.245.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

II - Reforma do estatuto social;

Art. 2º Revogar a Portaria nº 432, de 10 de maio de 2016, que altera o estatuto social da seguradora de seguros de vida e saúde da ALUM SEGURADORA S.A., com o conteúdo da Portaria nº 432, de 10 de maio de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

#### PORTARIA Nº 786, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente do Supes, por meio da Portaria n.º 4.323, de 10 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea e do artigo 34 da Lei nº 9.647, de 24 de setembro de 1968 e a que consta do processo Supes 15414.62361/2017-16, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição do administrador da SEGURADORA LIDER DO COMERCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ nº 08.348.888/00-01, com sede no estado do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no registro do conselho de administração realizado em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

#### PORTARIA Nº 787, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente do Supes, por meio da Portaria n.º 4.323, de 10 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea e do artigo 34 da Lei nº 9.647, de 24 de setembro de 1968, e a que consta do processo Supes 15414.62361/2017-16, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição do membro do conselho de administração da ALUM SEGURADORA S.A., CNPJ nº 33.304.000/00-01, com sede no estado do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no registro do conselho de administração realizado em 26 de junho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

#### NOTIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Interministerial n.º 711, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 2 de janeiro de 2018, página 185, seção 1, item 1, o texto "na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", passou a ser: "na reunião geral com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017".

#### Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

#### INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

#### PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 2º do art. 4º da Lei nº 1.960, de 10 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 2º da Lei nº 8.915, de 20 de dezembro de 1979, e no inciso V do art. 18 da Lei nº 12.546, de 28 de novembro de 2012, resolve:

Concedendo o Decreto Federal nº 16.044, de 18 de maio de 1998, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Concedendo a Portaria Interministerial nº 14, de 19 de janeiro de 2018, que aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para o Transporte de Cargas Rodoviárias Classificadas de Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2018, seção 01, página 41;

Concedendo que o veículo em circulação por este veículo, conforme o disposto no § 2º do art. 2º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve atender a adoção das rotas e das condições mínimas de segurança destinadas a este fim;

Concedendo a necessidade de emissão da Certificação de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo veículo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), emitido somente a modalidade de transporte de cargas rodoviárias;

Concedendo a necessidade de emissão dos Registros de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Interministerial nº 14/2018, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Registros de Avaliação da Conformidade para o Transporte de Cargas Rodoviárias destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Interministerial nº 14, de 19 de janeiro de 2018, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br ou no endereço eletrônico:

Endereço Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;

Endereço de Avaliação da Conformidade - Dacti;

Rua São Afonso, nº 410 - 2º andar - Rio de Janeiro - RJ

Cep 20.281-210 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam atualizados os Anexos A e D da Portaria Interministerial nº 14/2018 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Interministerial nº 14/2018 os Anexos E e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam incluídos, no art. 4º da Portaria Interministerial nº 14/2018, os seguintes parágrafos:

#### SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

#### CIRCULAR Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, após deliberação, conforme a consulta da ANVISA, as propostas de modificação do Regulamento de Avaliação da Conformidade para o Transporte de Cargas Rodoviárias Classificadas de Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), com o objetivo de melhor alinhamento ao Regulamento de Avaliação da Conformidade para o Transporte de Cargas Rodoviárias Classificadas de Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), resolve:

1. Modificar o texto do parágrafo único do artigo 1º do Regulamento de Avaliação da Conformidade para o Transporte de Cargas Rodoviárias Classificadas de Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aprovado pelo Decreto nº 16.044, de 18 de maio de 1998, para que o texto seja: "na reunião geral com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017", passando a ser: "na reunião geral com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017".

2. As informações relativas às propostas de alteração de rotas e das condições mínimas de segurança destinadas a este fim, constantes no Anexo desta Portaria, devem ser encaminhadas ao Inmetro, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

3. As informações relativas às propostas de alteração de rotas e das condições mínimas de segurança destinadas a este fim, constantes no Anexo desta Portaria, devem ser encaminhadas ao Inmetro, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de rotas realizadas pelas empresas em conformidade com a Circular, deverão ser encaminhadas a este Secretário mediante os procedimentos previstos na Circular.

EDUARDO AGOSTINHO DA SILVA

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
2017.20.08	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.	2017.20	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.1	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.2	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.3	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.4	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.5	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.6	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.7	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.8	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.9	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.10	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.11	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.12	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.13	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.14	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.15	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.16	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.17	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.18	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.19	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.20	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.21	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.22	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.23	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.24	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.25	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.26	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.27	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.28	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.29	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.30	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.31	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.32	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.33	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.34	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.35	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.36	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.37	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.38	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.39	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.40	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.41	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.42	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.43	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.44	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.45	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.46	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.47	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.48	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.49	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.50	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.51	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.52	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.53	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.54	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.55	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.56	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.57	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.58	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.59	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.60	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.61	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.62	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.63	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.64	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.65	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.66	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.67	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.68	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.69	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.70	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.71	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.72	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.73	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.74	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.75	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.76	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.77	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.78	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.79	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.80	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.81	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.82	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.83	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.84	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.85	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.86	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.87	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.88	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.89	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.90	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.91	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.92	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.93	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.94	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.95	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.96	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.97	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.98	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.99	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.
		2017.20.100	Atos de avaliação de conformidade, emitidos no sistema de avaliação de conformidade, com o endereço registrado em 1º de novembro de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.inmetro.gov.br/seguridade/validar>, pelo código 0801201801200014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/04/2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149039 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4356AFAD636CFE5F68740F233K496AFDA80E1FBB

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 8/13



JUCERJA  
www.jucerja.rj.gov.br





4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo A.S. Benveniste  
Secretário Geral



4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo,  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de  $\frac{2}{3}$  (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 2 de 10

Bernardo F. S. Berninger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICÓ O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo A. S. Serwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE8208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4986510

convocada.

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo S. S. Benavente  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Bernardo F. L. Barwagor  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C85883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1(um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

Serrado F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F.S. Barreiros  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2018  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C51B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D788CBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

## XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

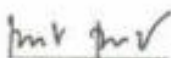
**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020183575185 - 27/06/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208298B235403C7845C895  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016


  
Bernardo A. S. Berninger  
Secretário Geral



### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TORRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas DA CAPITAL</b>	Tabellião Carlos Alberto Firmino Oliveira Rua do Carmo, 45 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-0001	ADB28690 088674
Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: <b>HÉLIO BITTON RODRIGUES</b> e <b>JOSÉ ISMAR ALVES TORRES</b> (000000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018. Conf. por: <b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b>		
Em testemunho da verdade. Serventia: <b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b>		
Total: <b>1 3,9% Escrevente</b>		
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut. <b>1 3,9% Escrevente</b>		
ECLP-56881 INE - ECLP-56882 GRS <b>1 3,9% Escrevente</b>		
Consulte em <a href="https://aa3.tiri.jus.br/sitepublico">https://aa3.tiri.jus.br/sitepublico</a> <b>Aut. 20.5.7º Lei 6.898/04</b>		





### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUMI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato.

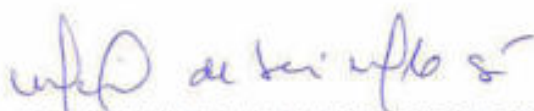






anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



**MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**

**OAB/RJ 135.132**



22/01/2021: REMETIDOS OS AUTOS PARA MINISTÉRIO PÚBLICO.

Data: 22/01/2021

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

Complemento: Promotoria da Comarca de São Luiz - MANIFESTAÇÃO com prazo de 15 dias úteis

Por: Liliane Cristina Silva e Silva - SJRI

02/02/2021: LEITURA DE REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO REALIZADA.

Data: 02/02/2021

Movimentação: LEITURA DE REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO REALIZADA

Complemento: Para LARA VON HELD CABRAL FAGUNDES em 01/02/2021 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE (13/01/2021)

Por: SISTEMA CNJ

04/02/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 04/02/2021

Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: Felipe Hellu Macedo

Relação de arquivos da movimentação:

- Parecer





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LUIZ**

MM. Juiz,

Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT proposta por *Jamylle Mendonça Ferreira Santos e João Miguel Mendonça Ferreira*, menores impúberes, ambos representados pela genitora **Simone Mendonça**, que constituiu procuração pública em favor de **Joel da Silva Santos**, em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**.

Na inicial, constata-se pedido de designação de audiência de conciliação (item "a"), que foi deferido no mov. 06. Contudo, a parte Requerida apresentou contestação de pronto no mov. 07, alegando preliminares (art. 337, do CPC).

De qualquer forma, compulsando a peça contestatória, não há manifestação de desinteresse na audiência conciliatória.

Ante o exposto, opino pela designação da audiência de conciliação, conforme já deferido pelo Juízo.

Não havendo composição entre as partes, opino, desde já, que a parte Autora saia intimada da audiência para que apresente réplica à contestação, nos termos dos arts. 351 e 352 do CPC, em vista das teses preliminares contidas na peça defensiva.

São Luiz/RR, data inclusa no sistema.

**FELIPE HELLU MACEDO**  
Promotor de Justiça Substituto



04/02/2021: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 04/02/2021

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Complemento: Recebido do(a) MINISTÉRIO PÚBLICO

Por: SISTEMA CNJ

16/02/2021: AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO DESIGNADA .

Data: 16/02/2021

Movimentação: AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO DESIGNADA

Complemento: (Agendada para: 08 de abril de 2021 às 11:00, em Vara Cível Única de São Luiz do Anauá)

Por: Liliane Cristina Silva e Silva - SJRI

16/02/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 16/02/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA com prazo de 8 de Abril de 2021 - Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (11/01/2021)

Por: Liliane Cristina Silva e Silva - SJRI



16/02/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 16/02/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 8 de Abril de 2021 - Referente ao evento (seq. 6)

CONCEDIDO O PEDIDO (11/01/2021)

Por: Liliane Cristina Silva e Silva - SJRI

16/02/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 16/02/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS com prazo de 8 de Abril de 2021 - Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (11/01/2021)

Por: Liliane Cristina Silva e Silva - SJRI

18/02/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 18/02/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS) em 18/02/2021 com prazo de 8 de Abril de 2021 \*Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (11/01/2021) e ao evento de expedição seq. 15.

Por: Albenice Pessoa Chagas

18/02/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 18/02/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA) em 18/02/2021 com prazo de 8 de Abril de 2021 \*Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (11/01/2021) e ao evento de expedição seq. 13.

Por: Albenice Pessoa Chagas



19/02/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 19/02/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 19/02/2021 com prazo de 8 de Abril de 2021 \*Referente ao evento (seq. 6)

CONCEDIDO O PEDIDO (11/01/2021) e ao evento de expedição seq. 14.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Data: 23/02/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE RESPOSTA

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO  
(11/01/2021)

Por: Albenice Pessoa Chagas

Relação de arquivos da movimentação:

- Impugnação à Contestação



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE SÃO LUIZ-RR**

**Processo nº:**

**JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS e JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA**, representados por sua genitora, a Sra. **SIMONE MENDONÇA**, representada por procuração pública anexa, pelo Sr. **JOEL DA SILVA SANTOS**, já qualificados no processo em epígrafe, através de sua procuradora, em atenção ao EP 10, vem até Vossa Excelência com o devido acato e respeito apresentar **RÉPLICA À CONTESTAÇÃO**, no autos que move contra a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A**, bem como manifestar-se sobre os documentos acostados, pelas razões a seguir expostas:

Na peça contestatória, a Seguradora apresenta inúmeras alegações, contestando alegações preliminares e fatos alegados na exordial, não se desincumbindo de trazer aos autos nenhum documento que ampare a desconstituição de sua obrigação de pagar o seguro proveniente do acidente ocorrido, e dificultando mais uma vez que os requerentes recebam os valores a que tem direito, desta forma os autores passarão a replicar cada alegação da peça de contestação como expõe:

**I- PRELIMINARMENTE**

**a) DO INDEFERIMENTO DA INICIAL**

Em sede preliminar alega a requerida que não está juntado aos autos o documento domicílio do autor, porém, os autores moram com a mãe em uma vicinal do Jundiá, não possuindo nenhum documento de comprovação de residência destes,



entretanto, consta no EP 1.9 o comprovante de residência do avô destes em Caroebe/RR, que está representando as partes neste processo, conforme procuração constante na inicial dos autos, devendo tal alegação ser totalmente afastada.

#### **b) FALTA DE INTERESSE PROCEESSUAL/PENDÊNCIA DOCUMENTAL**

Alega a requerida, que o autor não ingressou com o pedido administrativo de forma a não ter interesse processual, porém, será mostrado nos próximos tópicos **que estes deram entrada sim no processo administrativo, e foi-lhe informado, verbalmente de que as informações do ROP estavam em desacordo com a Certidão de óbito**, de forma os autores entraram com processo de alteração de certidão de óbito, cuja sentença esta acostada na inicial, restando provado o interesse processual.

Sobre a negativa de pedido via administrativa, informa que foi feito o pedido e a genitora dos autores foi informada que não foi permitido o atendimento, pois havia discordância do Registro de Ocorrência Policial-ROP e a Certidão de Óbito apresentados, abaixo consta o pedido feito pela genitora, colocado nos autos pela requerida.

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3200023424                      Vítima: JOSIVAN FERREIRA SANTOS

Data do Acidente: 17/11/2018                      Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), SIMONE MENDONCA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

<b>Boletim de ocorrência</b>	Apresentar o Registro de Ocorrência Policial, original ou cópia autenticada, com o nome completo e correto da vítima, sem abreviações e/ou rasuras, pois o entregue está incorreto.
------------------------------	---

Entre as suas alegações, a requerida informa que os autores “ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental”. Ora Meritíssimo, nesse ponto a requerida afirma que os autores deram entrada (feito através de sua genitora) no pedido administrativo, entrando em contradição ao que afirma no inicio desta preliminar, e ainda, alega que devido a não apresentação do





documento saneador fora cancelado o sinistro, ficando óbvio o motivo da não apresentação, pois a certidão de óbito do “de cujus”, estava em processo judicial a fim de retificar as inconsistências havidas com o ROP, conforme relatado antes. Nesse contexto decorreu 01 ano e meio, e a fim de não ver prescrever seu direito os autores se socorrem no judiciário.

**c) CARÊNCIA DE AÇÃO- FALTA DE DOCUMENTO DO EXAME DE CORPO DE DELITO.**

Sobre a alegação de ausência do Laudo médico, a fim de certificar que a causa da morte do falecido tenha sido oriunda de acidente automobilístico, os autores vem esclarecer consta na Declaração dos agentes de Polícia que atenderam a ocorrência de acidente de trânsito, conforme trecho: **“ e que ao chegar ao local encontraram a vítima gravemente ferida, e que segundo testemunha, a vítima (Josivan Ferreira dos Santos) conduzia uma motocicleta CG 125 TITAN, PLACA NAK-4317, colidiu com um caminhão Mercedes Benz Azul, PLACA JXK-1127 que estava estacionado, que após o acidente o Samu chegou juntamente com o médico Dr. Ruan Carlos, que constatou o óbito da vítima, e como foi informado que a perícia e o IML., dificilmente iria comparecer, o médico, autorizado pelo Delegado Titular desta Depol, fizera todos os procedimentos para a documentação de constatação de óbito e liberação do corpo da vítima aos familiares”.**

Diante do exposto acima, está o esclarecida a falta de exame de corpo de delito, de acordo com os fatos contidos no Boletim de Ocorrência nº 815/18, cuja narração dos fatos foram dados pelo Sargento da PM Ítalo, e como trata-se de documento público, cujas declarações foram dadas por agente público, tais declarações tem fé pública, de forma que não prospera a alegação de carência de Ação, conforme se verifica do documento colacionado:





CÓD. INFR.	INFRAÇÃO	QUALIFICAÇÃO
A TIPIFICAR		
BREVE RELATO DOS FATOS: A Guarnição da Polícia Militar para nos relatar que, foram acionados para uma ocorrência de acidente de trânsito, e que ao chegar ao local encontraram a vítima gravemente ferida, e que segundo testemunha, a vítima conduzia a motocicleta CG 125 TITAN AZUL, PLACA NAK 4317, que colidira com o caminhão MERCEDEZ BENZ AZUL PLACA JXK 1127, que estava estacionado, que após o acidente o Samu chegou juntamente com o médico DR. Ruan Carlos, que constatou o óbito da vítima, e como foi informado que a Perícia e o IML, dificilmente iria comparecer, o médico, autorizado pelo Delegado Titular desta Depol, fizeram todos os procedimentos para a documentação de constatação de óbito e liberação do corpo da vítima aos familiares, conforme orientação do agente plantonista desta DP, e que o veículo fora entregue junto com o ROP. É o breve relato.		

## II- DO MÉRITO

### a) FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A requerida, em suas alegações de mérito, questiona a falta de documento de médico atestando que o falecimento do genitor dos requerentes esteve ligado a acidente de trânsito, sem haver laudo cadavérico.

Como já mencionado acima, o médico que estava no plantão de atendimento do SAMU, atestou o óbito juntamente com o aceite do Policial que esteve atendendo a Ocorrência, sendo totalmente procedente o pedido.

### b) DA PLENA VIGENCIA DA lei 11.482/07 que altera o art. 4º da lei 6.194/74

Da alteração da Lei que se refere a requerida, decorre que deverá a verba indenizatória ser rateada entre todos os beneficiários da vítima, dessa forma, de acordo com a genitora dos autores que concedeu a Procuração para que o pai do “de cujus”, estabelecendo poderes para este a representar em juízo, e ainda de acordo com os pedidos de seguro DPVAT assinado de próprio punho pela genitora, resta provado que os únicos beneficiários são os filhos do “de cujus”, haja vista que quando de seu falecimento este não mantinha mais nenhum relacionamento com a mãe destes, logo, resta provado ser os autores os únicos herdeiros.

### c) DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS



Alega a requerida que a patrona da causa não apresentou nenhum grau de complexidade e nem mesmo exigiu demasiado zelo ao empreender a demanda.

Ocorre Meritíssimo, que para requerer o pagamento do Seguro DPVAT, esta patrona necessitou entrar com o processo para alterar o erro contido na certidão de óbito do falecido, e como já é de conhecimento os autores, sua mãe e seu avô vivem da agricultura, não podendo pagar pelos serviços de duas demandas judiciais, e que na verdade esta procuradora teve muito esmero em ajudar uma família com poucos recursos a obter o mínimo de compensação pelo falecimento de seu ente querido, cabendo sim a esta procuradora a condenação ao pagamento de honorários pelo máximo valor arbitrado, qual seja, 20%.

Ainda em sede de questionamento a requerida pede que esclareça:

- 1- Os autores afirmam serem os únicos beneficiários do “de cujus” e não tem conhecimento da existência de outro beneficiário.
- 2- A Dinâmica do acidente já consta toda nesta Réplica.
- 3- Houve requerimento feito pela genitora dos autores, conforme fls. 03 e 04 das provas apresentadas pela requerida, porém a resposta quanto ao erro na certidão lhe fora dada verbalmente.
- 4- Os autores não receberam nenhum valor da requerida, e não tem conhecimento se alguém recebeu algum valor em nome destes.
- 5- Diante de não ter o que discutir, informam os autores do não interesse na audiência de Mediação.

Sendo o que tinha a esclarecer, requer o prosseguimento do feito.

Nestes termos pede deferimento.

São Luiz/RR, 23 de fevereiro de 2021.

**Albenice Pessoa Chagas**  
**OAB/RR 411-B**



01/03/2021: CONCLUSOS PARA DECISÃO.

Data: 01/03/2021

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO

Complemento: Responsável: Raimundo Anastácio Carvalho Dutra Filho

Por: Luciana de Freitas Pereira da Silva - SJRI



06/03/2021: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE.

Data: 06/03/2021

Movimentação: PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

Por: Raimundo Anastácio Carvalho Dutra Filho

Relação de arquivos da movimentação:

- Despacho



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE SÃO LUIZ**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE SÃO LUIZ DO ANAUÁ - PROJUDI**

Avenida Ataliba Gomes de Laia, nº 100 - Fórum Juiz Umberto Teixeira - Centro - São Luiz do Anauá/RR - CEP: 69.370-000 -

Fone: (95) 3198 4181 - E-mail: szw@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0800918-71.2020.8.23.0060

Aguarde-se data de realização da audiência designada para o dia 08/04/2021.

Local edata constante do sistema.

**RAIMUNDO ANASTÁCIO CARVALHO DUTRA FILHO**

Juiz de Direito



12/03/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 12/03/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA com prazo de 8 de Abril de 2021 - Referente ao evento (seq. 21) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (06/03/2021)

Por: Luciana de Freitas Pereira da Silva - SJRI

12/03/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 12/03/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS com prazo de 8 de Abril de 2021 - Referente ao evento (seq. 21) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (06/03/2021)

Por: Luciana de Freitas Pereira da Silva - SJRI



15/03/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO.

Data: 15/03/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO  
(11/01/2021)

Por: Albenice Pessoa Chagas

Relação de arquivos da movimentação:

- Ciência de Decisão/Acórdão

MM. Juíz,

Ciente de Vossa r. Decisão.

Boa Vista/RR, 15 de março de 2021.

Albenice Pessoa Chagas

OAB/RR 411-B



15/03/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 15/03/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA

SANTOS) em 15/03/2021 com prazo de 8 de Abril de 2021 \*Referente ao evento (seq. 21)

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (06/03/2021) e ao evento de expedição seq. 23.

Por: Albenice Pessoa Chagas

15/03/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 15/03/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA) em 15/03/2021 com prazo de 8 de Abril de 2021 \*Referente ao evento (seq. 21) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (06/03/2021) e ao evento de expedição seq. 22.

Por: Albenice Pessoa Chagas

07/04/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO.

Data: 07/04/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Cumprimento de intimações - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (06/03/2021)

Por: Albenice Pessoa Chagas

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



MM Juiz,

Devido o período da pandemia que está se alastrando em nosso Estado, as partes aqui representadas por sua procuradora vem requerer que a audiência designada para o dia 08 de abril de 2021 seja realizada através de videoconferência. Dessa forma solicita o envio de link para acesso.

Termos em que pede deferimento.

São Luiz/RR, 07 de abril de 2021.

Albenice Pessoa Chagas

OAB/RR 411B



08/04/2021: AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO REALIZADA .

Data: 08/04/2021

Movimentação: AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO REALIZADA

Complemento: conciliação não realizada entre as partes Participante(s)

Por: KELLE CRISTINA VALÉRIO DE MELO

Relação de arquivos da movimentação:

- Termo de Audiência



**CEJUSC Cível Pré-processual**  
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**TERMO DE SESSÃO DE CONCILIAÇÃO  
PRÉ-PROCESSUAL**

Às **11 horas** do dia **8 de abril de 2021**, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC, na forma da Portaria NUPEMEC 001/2018, presente a conciliadora em formação Kelle Cristina Valério, foi aberta a Sessão de Conciliação por **videoconferência Pré-processual entre as partes: A requerente Srª Simone Mendonça, Brasileira, Solteira, do Lar, portadora do RG nº 354932-1 SSP/RR e CPF 010.684.172-69, representando os filhos menores Jamylle Mendonça Ferreira Santos, nascida em 11 de março de 2016 e João Miguel Mendonça Ferreira, nascido em 13 de fevereiro de 2018 e neste ato a requerente está sendo representada por seu sogro através de procuração pública anexa aos autos, o Sr. Joel da Silva Santos, Brasileiro, União Estável, Agricultor portador do RG nº66.569 SSP/RR e CPF 164.357.532-53. Residente e domiciliado na Rua José Ribeiro Sampaio s/n Município de Caroebe/RR acompanhado por sua Advogada Drª Albenice Pessoa Chagas OAB/RR nº 411-R. Em face da empresa Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A, CNPJ 09.248.608-0001/04, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 5º andar, Centro Cep: 20.031-205- Rio de Janeiro/RJ, nesse ato representada por seu advogado Dr Diego Lima Pauli OAB/RR nº 858-N e o preposto Hellen Caroline Homero Lobato CPF: 026.583.422-84. Abertos os trabalhos, efetuada a Declaração de Abertura da sessão, as partes assumiram o compromisso de se submeterem às regras do procedimento da conciliação. Ressaltou-se na presente sessão a importância da conciliação e seu processo, bem como das vantagens desse método de resolução de conflitos. Depois disso, as partes discutiram sobre as possibilidades de solução autocompositiva, sem que, no entanto, houvessem estabelecido o consenso, dado isso a parte autora solicitou o julgamento antecipado do mérito por estar contido nos autos todas as provas para o convencimento do juiz acerca do alegado, e a causa já estar madura o suficiente para ser julgada, a parte requerida não se opõe ao pedido da parte autora, somente pede ao juiz o prazo de cinco dias para juntada de carta do preposto. Sendo assim, considerando o que dispõe o parágrafo único do artigo 18 da Portaria NUPEMEC nº 001/2018, desta Reclamação Pré-Processual.**

Nada mais havendo, encerrou-se a sessão às **11:50 horas**, lavrando-se o presente termo de acordo que segue devidamente assinado. Eu, **Kelle Cristina Valério**, Conciliador Judicial em formação o digitei.

08/04/2021: CONCLUSOS PARA DECISÃO.

Data: 08/04/2021

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO

Complemento: Responsável: Raimundo Anastácio Carvalho Dutra Filho

Por: KELLE CRISTINA VALÉRIO DE MELO

08/04/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 08/04/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Complemento: Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO  
(11/01/2021)

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



**CARTA DE PREPOSTO**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTA **Helen Caroline Homero Lobato**, inscrita no CPF sob nº 026.583.422-84, podendo a mesma responder nesta qualidade a todos os termos do Processo n. 08009187120208230060, que tramita perante **ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO LUIZ DO ANAUA/RR**.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 2021.



Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A.



25/05/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 25/05/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: Albenice Pessoa Chagas

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE SÃO LUIZ-RR.**

Processo nº: 0800918-71.2020.8.23.0060

**JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS e JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA**, representados por sua genitora, a Sra. **SIMONE MENDONÇA**, representada por procuração pública anexa, pelo Sr. **JOEL DA SILVA SANTOS**, devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, intermediados por sua mandatária ao final firmada, comparece com lhanza e acatamento perante Vossa Excelência, com o objetivo de requerer o **JULGAMENTO DO MÉRITO**, com fulcro nos artigos 4º e 6º do Código de Processo Civil, fazendo para tanto, face aos seguintes fatos e fundamentos assim alinhavados:

- 1- Uma vez, que o Ministério Público se manifestou para que os autores apresentassem réplica à contestação no EP 10, tendo estas sido apresentadas no EP 19 dos autos.
- 2- Estando as provas documentais acostadas nos autos, mostrando estar caracterizado o direito dos autores, sendo mais que suficientes à formação do livre convencimento sobre a matéria, e devido já ter havido a audiência de Conciliação entre as partes e não ter havido oferta da parte requerida.
- 3- Foi requerido pelos autores, o julgamento antecipado da lide, na Audiência de conciliação e a parte requerida manifestou-se pela não oposição ao pedido.
- 4- Sobre o direito dos autores, encontra amparo dentre vários princípios insculpidos nos Artigos do Código de Processo Civil, entre eles, um tem grande peso a fim de amparar o pleito, que é o Princípio da primazia do Julgamento do Mérito, conforme doutrina de Humberto Theodore Júnior:





“Consagra o art. 6º, sobretudo, o princípio da primazia do julgamento de mérito, já que é por força dele que o Judiciário realiza a garantia constitucional do acesso à justiça, garantia que só se cumpre quando o provimento jurisdicional deságua em “decisão de mérito justa e efetiva”. Daí por que a regra máxima é a resolução do litígio, e só por extrema impossibilidade de pronunciá-la é que se tolera a excepcional extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 282), a qual, por expressa recomendação do art. 317, nunca será decretada sem que antes se tenha concedido à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.”

(THEODORO JUNIOR, Humberto. *Código de Processo Civil Anotado*, 22ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 8)

- 5- Por fim, a demora na apreciação do processo e prolação da sentença, traz enormes prejuízos às partes, principalmente no momento do surto de uma pandemia, em que, quando não há mortes nas famílias, estas ficam acometidas de inúmeras sequelas da doença, somando-se a isso, a região em que moram as crianças com sua mãe e seu avô vem sofrendo inúmeros prejuízos e doenças com o excesso de chuvas e enchentes dos rios que alagaram toda a casa onde vivem, necessitando ainda mais do valor a receber.

**Certos de contar com a justeza de Vossa Excelência!!!**

Nestes temos, pede e espera deferimento.

Caroebe/RR, 25 de maio de 2021.

**Albenice Pessoa Chagas  
OAB/RR 411B**



Data: 06/07/2021

Movimentação: DETERMINAÇÃO DE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Por: Raimundo Anastácio Carvalho Dutra Filho

Relação de arquivos da movimentação:

- Despacho





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE SÃO LUIZ**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE SÃO LUIZ DO ANAUÁ - PROJUDI**

Avenida Ataliba Gomes de Laia, nº 100 - Fórum Juiz Umberto Teixeira - Centro - São Luiz do Anauá/RR - CEP: 69.370-000 -

Fone: (95) 3198 4181 - E-mail: szw@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0800918-71.2020.8.23.0060

Tendo em vista haver interesse de menores, abra-se vista ao MP para manifestação.

Após, ante a manifestação das partes, pugnando pelo julgamento antecipado da lide, venham os autos conclusos para sentença.

Local e data constante no sistema.

**RAIMUNDO ANASTÁCIO CARVALHO DUTRA FILHO**  
Juiz de Direito



06/07/2021: REMETIDOS OS AUTOS PARA MINISTÉRIO PÚBLICO.

Data: 06/07/2021

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

Complemento: Promotoria da Comarca de São Luiz - MANIFESTAÇÃO com prazo de 10 dias úteis

Por: Elisangela Evangelista Beserra Moreira

17/07/2021: LEITURA DE REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO REALIZADA.

Data: 17/07/2021

Movimentação: LEITURA DE REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO REALIZADA

Complemento: Para LARA VON HELD CABRAL FAGUNDES em 16/07/2021 com prazo de 10 dias úteis \*Referente ao evento DETERMINAÇÃO DE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO (06/07/2021)

Por: SISTEMA CNJ

02/08/2021: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE.

Data: 02/08/2021

Movimentação: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Por: Felipe Hellu Macedo

Relação de arquivos da movimentação:

- Parecer



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LUIZ**

**Autos n. 0800918-71.2020.8.23.0060.**

**MM. Juiz,**

Trata-se ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) proposta por *Jamyllé Mendonça Ferreira Santos e João Miguel Mendonça Ferreira*, ambos menores impúberes, representados pela genitora **SIMONE MENDONÇA**, que constituiu procuração pública em favor de **JOEL DA SILVA SANTOS**, contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS SEGURO DPVAT S/A**.

Em síntese, afirma os Requerentes são filhos de *Josivan Ferreira dos Santos* (certidões de nascimento - movs. 1.6 e 1.7), que veio a falecer, às 00h05min, no dia 18/11/2018, em um acidente de trânsito, na cidade de Caroebe/RR.

Em diligência junto à Seguradora Líder, em Boa Vista, os Requerentes tiveram o pedido de seguro verbalmente negado, tendo em vista que a certidão de óbito do falecido estava com erro material, em relação ao dia e hora do falecimento.

Com efeito, propuseram a ação de n. 0811027-03.2020.8.23.0010, para fins de retificação da certidão de óbito de *Josivan Ferreira dos Santos*, na qual, obtiveram êxito, nos termos da sentença em anexo. No entanto, até então, o cartório de São Luiz não procedeu à averbação, por motivos desconhecidos.

Desse modo, para não perderem o direito à indenização, propuseram a presente demanda.

Por isso, pede a condenação da Requerida para que pague indenização no montante de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, acrescido de juros de mora e atualização monetária.

Por sua vez, a Requerida defende, preliminarmente: **a)** a falta de documento indispensável para propositura de demanda judicial, qual seja, o comprovante de residência (art. 320, do CPC); **b)** a falta de interesse processual dos Requerentes, pois não houve comprovação da negativa, pela seguradora, de requerimento administrativo, o que é requisito essencial para o ingresso de demanda judicial; **c)** a carência de ação, em razão da falta de laudo do instituto médico legal certificando, com a exatidão que a lei determina, a *causa mortis* como sendo oriunda de



Assinado eletronicamente por FELIPE HELLU MACEDO em 02/08/2021 às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.

A autenticidade pode ser conferida em [www.mpr.mp.br/consulta](http://www.mpr.mp.br/consulta) Nº Processo (MP) 000116-060/2021





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LUIZ**

acidente automobilístico.

Em seguida, no mérito, sustenta: **a)** ausência de nexo causal da *causa mortis* para com acidente de trânsito; **b)** estabelecimento da indenização em **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, a ser dividido entre todos os beneficiários da vítima; **c)** incidência de juros de mora a partir da citação e da correção monetária a partir do ajuizamento da ação.

Sem êxito nas tentativas de composição, as partes pugnaram pelo julgamento antecipado do mérito (mov. 28).

Vieram os autos para parecer.

**É o relatório.**

**I. DAS PRELIMINARES**

Não há que se falar na falta de documento indispensável para propositura de demanda judicial, pois a falta de comprovante de residência não enseja em indeferimento da inicial. E, de qualquer forma, **JOEL DA SILVA SANTOS**, constituído mediante procuração pública, apresentou o documento no mov. 1.9.

Em relação à suposta obrigatoriedade da formalização de pedido administrativo anterior à demanda judicial, como causa imprescindível para o devido interesse processual, a Requerente comprovou a realização no mov. 19, que foi distribuído sob o n. 3200023424, cuja ressalva foi apontada pela Requerida: *“Apresentar o Registro de Ocorrência Policial, original ou cópia autenticada, com o nome completo e correto da vítima, sem abreviações e/ou rasuras, pois o entregue está incorreto”*.

Destarte, de igual modo, a tese de falta de interesse processual não tem razão de ser.

Por último, a Requerida alega possível carência da ação, fundamentando-se na suposta falta de apresentação da certidão de óbito da vítima *Josivan Ferreira dos Santos*. Contudo, para tanto, utiliza-se de argumentos que dizem respeito, na verdade, à eventual falta de demonstração de nexo causal. Não à toa, basicamente, reproduz a mesma tese utilizada no tópico: *“DO MÉRITO – DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE”*.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LUIZ**

Enfim, os Requerentes apresentaram certidão de óbito – emitida pelo Instituto Médico Legal – e o registro de ocorrência policial. Portanto, a presente preliminar de “carência da ação”, por falta de documento imprescindível ao exame da questão, não merece guarida.

## II. DO MÉRITO

O pleito autoral, **evidentemente**, deve prosperar.

A certidão de óbito apresentada pelos Requerentes traz consigo a *causa mortis*: “**a) Trauma Crânio Encefálico, b) Fratura Exposta Craneal**”. E, diferentemente do que sugere a Requerida, expõe, sem deixar margem para dúvidas, o nexos causal das lesões: “**c) Acidente de Moto**”.

Quanto ao erro material contido na certidão, após analisar a documentação apresentada pelo Requerente, nos autos de n. 0811027-03.2020.8.23.0010, deferiu-se a devida retificação, a fim de se fazer constar a data do óbito em 18/11/2018, às 00h05min.

Nesse sentir, os policiais signatários do Relatório de Ocorrência Policial (ROP) n. CR622018, relacionado à vítima *Josivan Ferreira Santos*, consignaram:

Senhor Delegado, informo que fomos acionados para atender uma ocorrência de acidente de trânsito no endereço supracitado, que ao chegarmos ao local encontramos o envolvido no acidente gravemente ferido devido à colisão dos veículos, que segundo o solicitante o item 01 trafegava na Rua José Vieira Sampaio sentido Bairro/Centro conduzindo a motocicleta CG 125 TITAN azul, placa NAK 4317, quando veio a colidir traseira de um caminhão Mercedes Benz cor azul de Placa JXK 1127, que estava estacionado, que de imediato foi acionado o SAMU que compareceu no local juntamente com o médico Dr. Ruan Carlos e este constatou o óbito da vítima, que foi feito contato com esta delegacia de polícia para fins de serem adotados os procedimentos de perícia e remoção do corpo, porém nos foi informado que não seria possível o comparecimento da equipe do IML no local, que o corpo foi removido pela equipe médica ao hospital onde seriam realizadas os procedimentos de documentação da constatação do óbito e liberação do corpo a familiares da vítima [...].





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LUIZ**

Diante de tais elementos probatórios, impossível conceber-se uma suposta falta de nexo causal do óbito para com acidente de trânsito.

Ademais, as partes **concordaram com a fixação da indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Com efeito, o litígio recai apenas sobre o momento da incidência de juros de mora e correção monetária.

A Súmula 426 do STJ leciona que: ***“Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”***.

Em relação à correção monetária, com fundamento no § 7º, do art. 5º, da Lei n. 6.194/1974, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em sede de Recurso Especial Repetitivo, fixou entendimento no sentido de que **o termo inicial da correção é a data do evento danoso**:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC. 1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária. 2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei. 3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF). 4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso. 6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1483620/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 02/06/2015)

Inclusive, referido entendimento deu causa à Súmula n. 580 do STJ: ***“A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.”***





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO LUIZ**

**III. DA CONCLUSÃO**

Ante o exposto, opino **pela procedência dos pedidos**, a fim de que a Requerida seja obrigada a pagar o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, a ser corrigido monetariamente da data do evento danoso e incidindo juros de mora a partir do momento da citação, em favor dos menores *Jamylle Mendonça Ferreira Santos e João Miguel Mendonça Ferreira*.

São Luiz/RR, data inclusa no sistema.

**FELIPE HELLU MACEDO**  
Promotor de Justiça Substituto

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJL3Z CCQN3 TFHWS TFW9R



Assinado eletronicamente por FELIPE HELLU MACEDO em 02/08/2021 as 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.

A autenticidade pode ser conferida em [www.mprr.mp.br/consulta](http://www.mprr.mp.br/consulta) Nº Processo (MP) 000116-060/2021

Data: 02/08/2021

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Complemento: Recebido do(a) MINISTÉRIO PÚBLICO

Por: SISTEMA CNJ



04/08/2021: CONCLUSOS PARA SENTENÇA.

Data: 04/08/2021

Movimentação: CONCLUSOS PARA SENTENÇA

Complemento: Responsável: EDUARDO ALVARES DE CARVALHO

Por: MARCOS ANTONIO DEMEZIO DOS SANTOS

24/08/2021: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO.

Data: 24/08/2021

Movimentação: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO

Por: Raimundo Anastácio Carvalho Dutra Filho

Relação de arquivos da movimentação:

- Sentença



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE SÃO LUIZ**  
**VARA CÍVEL ÚNICA DE SÃO LUIZ DO ANAUÁ - PROJUDI**

Avenida Ataliba Gomes de Laia, nº 100 - Fórum Juiz Umberto Teixeira - Centro - São Luiz do Anauá/RR - CEP: 69.370-000 -

Fone: (95) 3198 4181 - E-mail: szw@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0800918-71.2020.8.23.0060

**SENTENÇA**

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório proposta por JAMILLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS e JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA, menores impúberes, representados por sua genitora SIMONE MENDONÇA, sendo seu fiel procurador nestes autos, o avô paterno das crianças JOEL DA SILVA SANTOS, em desfavor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em razão de acidente de trânsito que culminou na morte de JOSIVAN FERREIRA DOS SANTOS, pai biológico dos autores, ocorrida no dia 18/11/2018, às 00h05min.

Afirmam que se dirigiram à Seguradora para requerer o seguro, porém seu pedido foi negado, em vista que havia erro material na certidão de óbito do *de cujus*, erro este que foi retificado após impetrarem ação nos autos 0811027-03.2020.8.23.0010, conforme sentença juntada aos autos, porém até a data do propositura desta ação, o cartório de registro civil desta Comarca ainda não tinha realizado a averbação do registro por motivos que desconhecem.

Desta forma, requer a condenação da requerida ao pagamento da obrigação no valor de R\$ 13.500,00, nos termos da inicial.

Citada, a parte requerida apresentou contestação (mov. 7.1), aduzindo preliminarmente ausência de comprovante de residência, falta de interesse processual dos Requerentes, pois não houve comprovação da negativa, pela seguradora, de requerimento administrativo, carência de ação, em razão da falta de laudo do instituto médico legal certificando, com a exatidão que a lei determina, a *causa mortis* como sendo oriunda de acidente automobilístico, no mérito alega ausência de nexo causal da *causa mortis* para com acidente de trânsito, ao final pugna pela extinção do processo, bem como a improcedência do pedido.

Réplica (mov. 19.1), rechaçando a contestação apresentada pela parte requerida, respondendo os questionamentos realizados em sede de contestação, ao final pugnam pela procedência do pedido inicial.

Audiência de mediação (mov. 28.1), sendo a mesma negativa. Ao final as partes requereram o julgamento antecipado da lide.



Manifestação do MP (mov. 35.1), tendo em vista haver interesse de menores na lide, opinando o órgão ministerial pelo deferimento do pedido dos autores.

**É o breve relatório. Decido.**

Inicialmente, verifico que a questão é unicamente de direito, não havendo necessidade de produção de outras provas, além das constantes nos autos, motivo pelo qual entendo ser o caso de julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC.

A preliminar de ausência de comprovante de residência não merece guarida, uma vez que o comprovante de residência não é documento indispensável à propositura da ação. Ademais, o documento em questão, foi acostado (mov. 1.9), pelo procurador da genitora dos autores.

A preliminar de ausência de interesse de agir não deve prosperar, visto que a parte autora impetrou o pedido administrativamente (mov. 19.1), porém, deixou de complementar o pedido com outras documentações requeridas pela parte requerida, por este motivo seu pedido foi indeferido, portando presente está seu interesse de agir.

No tocante a preliminar de carência de ação, em razão da falta de laudo do instituto médico legal certificando, com a exatidão que a lei determina, a *causa mortis* como sendo oriunda de acidente automobilístico, a mesma também não deve prosperar, visto que os autores apresentaram certidão de óbito – emitida pelo Instituto Médico Legal – e o registro de ocorrência policial.

Superada as questões preliminares passo ao exame do mérito.

Argumentou a requerida, pela improcedência do pedido, tendo em vista a ausência de nexo causal da *causa mortis* para com acidente de trânsito, esta tese não merece guarida.

Verifica-se que conforme certidão de óbito juntada aos autos, a *causa mortis* da vítima se deu: **a) Trauma Crânio Encefálico, b) Fratura Exposta Craneal e c) Acidente de Moto**. Portanto não deixam dúvidas o nexo causal das lesões sofridas pela vítima, causado por acidente de moto, que culminou em sua morte

Somados a isso, os policiais que confeccionaram o ROP relacionado a vítima consignaram que:

“Senhor Delegado, informo que fomos acionados para atender uma ocorrência de acidente de trânsito no endereço supracitado, que ao chegarmos ao local encontramos o envolvido no acidente gravemente ferido devido à colisão dos veículos, que segundo o solicitante o item 01 trafegava na Rua José Vieira Sampaio sentido Bairro/Centro conduzindo a motocicleta CG 125 TITAN azul, placa NAK 4317, quando veio a colidir traseira de um caminhão Mercedes Benz cor azulde Placa JXX 1127, que estava estacionado, que de imediato foi acionado o SAMU que compareceu no local juntamente com o médico Dr. Ruan Carlos e este constatou o óbito da vítima, que foi feito contato com esta delegacia de polícia para fins de serem adotados os procedimentos de perícia e remoção do

corpo, porém nos foi informado que não seria possível o comparecimento da equipe do IML no local, que o corpo foi removido pela equipe médica ao hospital onde seriam realizadas os procedimentos de documentação da constatação do óbito e liberação do corpo a familiares da vítima conforme orientação do plantonista desta DP (...)"

O seguro DPVAT, é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não, criado pela Lei nº 6.194/74, alterada pelas Leis nºs. 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, tendo por objetivo a reparação por eventual dano pessoal, independente de juízo de valor acerca da existência de culpa.

Presente a cobertura sempre que, em território nacional, vítima de acidente com veículo terrestre a motor, ou a respectiva carga, causando, necessária e diretamente a morte ou invalidez permanente de uma pessoa ou, ainda, a realização de despesa financeira para obtenção de assistência médica ou suplementar, não albergando lesões temporárias.

Vê-se, pois, que o art. 5º, da Lei n. 6.194/74 ao dispor que "*O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente (...)*", de fato traz a possibilidade da apresentação de singela prova para se auferir o prêmio, o que não significa dizer que a singeleza da prova não signifique a inexistência ou incerteza da prova.

Destarte, em caso de morte por acidente automobilístico, o valor a ser pago será cheio, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei n.º 6.194/74.

No caso, o percentual a que se chega em razão da morte da vítima apontada nos *sub judice* autos é de 100% de R\$ 13.500,00, o que corresponde ao mesmo valor de R\$ 13.500,00, não aplicando no caso de morte o estabelecido no inciso II, do art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74.

Posto isso **JULGO PROCEDENTE** o pedido, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 13.500,00, com juros a partir da citação e correção monetária a partir do evento danoso (acidente), resolvendo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Condeno ainda a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios de sucumbência, estes que arbitro em 15% do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, inciso I, do CPC.

Intime-se. Cumpra-se.

Após os trâmites legais e certificado o trânsito, arquivem-se os autos com as baixas necessárias.

Local e data constante no sistema.

RAIMUNDO ANASTÁCIO CARVALHO DUTRA FILHO  
Juiz de Direito





26/08/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 26/08/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 38) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (24/08/2021)

Por: IZOLEIDE TEREZINHA RODRIGUES MELO

26/08/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 26/08/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 38) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (24/08/2021)

Por: IZOLEIDE TEREZINHA RODRIGUES MELO

26/08/2021: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 26/08/2021

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 38) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (24/08/2021)

Por: IZOLEIDE TEREZINHA RODRIGUES MELO

30/08/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 30/08/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 30/08/2021 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 38) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (24/08/2021) e ao evento de expedição seq. 40.

Por: DIEGO LIMA PAULI

06/09/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 06/09/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA) em 08/09/2021 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 38) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (24/08/2021) e ao evento de expedição seq. 39.

Por: SISTEMA CNJ



06/09/2021: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 06/09/2021

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA

SANTOS) em 08/09/2021 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 38) JULGADA  
PROCEDENTE A AÇÃO (24/08/2021) e ao evento de expedição seq. 41.

Por: SISTEMA CNJ

21/09/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO.

Data: 21/09/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Cumprimento de intimações - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A  
AÇÃO (24/08/2021)

Por: Albenice Pessoa Chagas

Relação de arquivos da movimentação:

- Ciência de Decisão/Acórdão

MM. Juíz,

As partes neste ato representadas por sua procuradora, vem com o devido acato, manifestar ciência de Vossa r. Decisão.

São Luís/RR, 21 de setembro de 2021.

Albenice Pessoa Chagas

OAB/RR 411-B



23/09/2021: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Data: 23/09/2021

Movimentação: DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Complemento: (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A \*Referente ao evento (seq. 38) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (24/08/2021) e ao evento de expedição seq. 40.

Por: SISTEMA CNJ

01/10/2021: REMETIDOS OS AUTOS PARA CONTADOR.

Data: 01/10/2021

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA CONTADOR

Complemento: Contadoria Unificada - CUSTAS PROCESSUAIS - Prazo: 5 dias corridos

Por: PAULO SERGIO FIRMINO - SJRI

09/10/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE SOLICITAÇÃO A EXECUÇÃO.

Data: 09/10/2021

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE SOLICITAÇÃO A EXECUÇÃO

Por: Albenice Pessoa Chagas

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição
- Cálculos





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE SÃO LUIZ-RORAIMA.**

Processo nº 0800918-71.2020.8.23.0060

JAMYLLÉ MENDONÇA FERREIRA SANTOS e JOÃO MIGUEL MENDONÇA FERREIRA, representados por sua genitora, a Sra. SIMONE MENDONÇA, representada por procuração pública anexa, pelo Sr. JOEL DA SILVA SANTOS, devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, intermediados por sua mandatária ao final firmada, comparece perante Vossa Excelência, para apresentar CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, na forma do Art. 523 do Código de Processo Civil.

Em face da executada da SEGURADORA LÍDER DE SEGUROS DPVAT, já qualificada nos autos, nos termos e fundamentos a seguir expostos:

**I – DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA**

Esta procuradora informa que aguardou a certidão de que a sentença havia transitado em julgado, porém por motivos alheios não foi apenso no processo, porém o prazo para trânsito em julgado se esgotou.

O dispositivo da Sentença possui os seguintes termos., *in verbis*:

Destarte, em caso de morte por acidente automobilístico, o valor a ser pago será cheio, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/74.

No caso, o percentual a que se chega em razão da morte da vítima apontada nos *sub judice* autos é de 100% de R\$ 13.500,00, o que corresponde ao mesmo valor de R\$ 13.500,00, não aplicando no





caso de morte o estabelecido no inciso II, do art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74.

Posto isso **JULGO PROCEDENTE** o pedido, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 13.500,00, com juros a partir da citação e correção monetária a partir do evento danoso (acidente), resolvendo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Condeno ainda a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios de sucumbência, estes que arbitro em 15% do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, inciso I, do CPC.

Sendo assim, a r. Sentença de no EP 38 dos autos julgou procedente o pedido autoral, para condenar a empresa Ré no pagamento de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), devidamente corrigidos desde a data do evento danoso, acrescido de juros a partir da citação válida, e ainda a condenação ao pagamento de 15% sobre o valor atualizado da condenação para pagamento de honorários advocatícios.

Diante disto, com base no art. 524 do NCPC o exequente apresenta a memória de cálculo atualizada do crédito anexa a esta com a explicação detalhada, dos índices utilizados e juros de mora, bem como o montante dos honorários advocatícios.

O valor corrigido do débito pela Tabela deste Tribunal de Justiça de Roraima é o montante **R\$ 16.904,21 (Dezesseis mil, novecentos e quatro reais e vinte e um centavos)**, conforme calculo anexo.

O valor da condenação dos honorários Advocatícios, na forma do *decisum* é o montante de **R\$ 2.535,63 (Dois mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos)**, conforme documento anexo. Totalizando tudo que a Ré deve pagar em R\$ 19.439,84 (dezenove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

## II – DOS REQUERIMENTOS

Diante de todo exposto:

- a) o recebimento do presente cumprimento de sentença, em todos os seus termos e documentos a ele acostados;
- b) a intimação do executado, na forma dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 523 do NCPC, para fins de saldar o crédito, no valor de **R\$ 19.439,84 (Dezenove mil,**





- quatrocentos e trinta e nove centavos) a serem depositados na conta do Banco do Brasil, Agência 5780-0, conta corrente nº107.488-1 em nome de Albenice Pessoa Chagas.**
- c) nos termos do art. 835, I do CPC, fica requerido desde já a utilização do Sistema BACENJUD para bloqueio os valores constantes nas contas bancárias de titularidade do Executado, tanto, quanto bastem para saldar o montante devido;
  - d) em caso de resposta negativa da penhora de valores, requer o andamento da execução;
  - e) desde já fica requerido a expedição do competente alvará para levantamento da quantia da condenação, em nome da advogada cadastrada, eis que possui poderes específicos para tal na Procuração que lhe foi outorgada, no valor de **R\$ 16.904,21 (dezesesseis mil, novecentos e quatro reais e vinte e um centavos), a serem depositados na conta do Banco do Brasil, Agência 5780-0, conta corrente nº107.488-1 em nome de Albenice Pessoa Chagas.**
  - f) requer a expedição do alvará referente aos honorários de sucumbência, em separado, no valor de **R\$ 2.535,63 (dois mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos), a serem depositados na conta do Banco do Brasil, Agência 5780-0, conta corrente nº107.488-1 em nome de Albenice Pessoa Chagas.**

Nestes termos, pede deferimento.

Boa Vista/RR, 09 de outubro de 2021.

**Albenice Pessoa Chagas**  
**OAB/RR 411-B**



09/10/2021: JUNTADA DE PETIÇÃO DE SOLICITAÇÃO A EXECUÇÃO. Arq: Cálculos

**PROJEF WEB - Programa para Cálculo de Liquidação de Sentença**

Desenvolvido pelos Núcleos de Cálculos Judiciais e de Tecnologia da Informação da Justiça Federal do Rio Grande do Sul

**RESUMO DO CÁLCULO****Processo:** 0800918-71.2020.8.23.0060**Autor:** Jamylle Mendonça Ferreira Santos e João Miguel Ferreira Santos**Réu:** Seguradora Líder de seguros DPVAT**I - PARTES**

Nome	Principal corrigido	Juros de mora	Total (R\$)
Jamylle Mendonça Ferreira e João Miguel Ferreira	15.652,05	1.252,16	16.904,21
<b>Total Partes -&gt;</b>	<b>15.652,05</b>	<b>1.252,16</b>	<b>16.904,21</b>

**II - SUCUMBÊNCIA**

Descrição	Total (R\$)
Honorários Advocatícios (fixados sobre valor da condenação - 15,00%)	2.535,63
<b>Total de Sucumbências -&gt;</b>	<b>2.535,63</b>

**III - TOTALIZAÇÃO**

Descrição	Total (R\$)
<b>SUBTOTAL DA CONTA (I + II)</b>	<b>19.439,84</b>
<b>TOTAL DA CONTA EM 10/2021</b>	<b>19.439,84</b>

**ATUALIZADO ATÉ OUTUBRO/2021**

BOA VISTA, 8 de outubro de 2021

---

Cálculo elaborado por: ALBENICE PESSOA CHAGAS  
OAB/RR 411-B**Crítérios e parâmetros do cálculo**

Data de início dos juros moratórios: 02/2021 (de forma decrescente para parcelas com data posterior)

Juros de mora: 12% a.a.

Critério de correção monetária das parcelas:Diversos I+TR(07/09)+IPCA-E =&gt; [...BTN - INPC (03/91) - TR (07/09) - IPCA-E (26/03/15 em diante)]

Composição do critério: ORTN (10/64-02/86) OTN (03/86-12/88) BTN (01/89-02/91) INPC (03/91-06/09) TR (07/09) IPCA-E (26/03/2015 em diante) (SEM EXPURGOS)

Sucumbências: Não foram apuradas

Honorários Advocatícios (fixados sobre valor da condenação - 15,00%)

Critério de correção monetária dos honorários advocatícios: Diversos I+TR(07/09)+IPCA-E =&gt; [...BTN - INPC (03/91) - TR (07/09) - IPCA-E (26/03/15 em diante)]

Composição do critério: ORTN (10/64-02/86) OTN (03/86-12/88) BTN (01/89-02/91) INPC (03/91-06/09) TR (07/09) IPCA-E (26/03/2015 em diante) (SEM EXPURGOS)

O programa PROJEF WEB foi desenvolvido a título de sugestão no intuito de possibilitar que o Autor apresente uma conta no momento do ajuizamento e/ou da execução do processo. Contudo, salientamos que sempre prevalecerá o entendimento de cada Juízo nas questões pertinentes aos cálculos judiciais. Pelo fato desse programa conter inúmeras opções de critérios de correção monetária e de juros moratórios, o usuário ficará inteiramente responsável pelas suas escolhas. A simples utilização do programa não implica em certeza absoluta no seu resultado final e nem em aceitação compulsória por parte do Magistrado.



PROJEF WEB - Programa para Cálculo de Liquidação de Sentença

DEMONSTRATIVO DE PARCELAS

PARTE: Jamylle Mendonça Ferreira e João Miguel Ferreira

#	Data	Principal (A)	Coef. Corr. Monetária (B)	Princ. Corrigido (C = A x B)	Juros % (D)	Juros \$ (E = C x D)	Total (R\$) (F = C + E)
1	11/18	13.500,00	1,1594108650	15.652,05	8,0000%	1.252,16	16.904,21
Totais		13.500,00		15.652,05		1.252,16	16.904,21
Total da Parte: Jamylle Mendonça Ferreira e João Miguel Ferreira =>							16.904,21

DEMONSTRATIVO PARA FINS DE RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE-RRA (LEI 12.350/2010)

Anos-calendário anteriores		Ano-calendário atual (2021)	
Qtd. Parcelas	Valor	Qtd. Parcelas	Valor
1	R\$ 16.904,21	0	R\$ 0,00

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVBV 4F7SE XQBJC 2PL73



PROJEF WEB - Programa para Cálculo de Liquidação de Sentença

DEMONSTRATIVO DE SUCUMBÊNCIAS

Descrição	Data	Principal (A)	Coef. Correção Monetária (B)	Principal Corrigido (R\$) (C = A x B)
Honorários Advocatícios (fixados sobre valor da condenação - 15,00%)	10/21	2.535,63	1,00000000	2.535,63
Total da Sucumbência =>				2.535,63

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006  
Validação deste em <https://projudi.tjr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVBV 4F7SE XQBJC 2PL73





10/10/2021: CONCLUSOS PARA DECISÃO.

Data: 10/10/2021

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO

Complemento: Responsável: Raimundo Anastácio Carvalho Dutra Filho

Por: MARCOS ANTONIO DEMEZIO DOS SANTOS

13/10/2021: LEITURA DE REMESSA REALIZADA.

Data: 13/10/2021

Movimentação: LEITURA DE REMESSA REALIZADA

Complemento: Leitura de remessa realizada referente ao evento de seq. 47. Prazo: 5 dias corridos.

Por: celia Veras Braga

Data: 13/10/2021

Movimentação: JUNTADA DE CUSTAS

Por: celia Veras Braga

Relação de arquivos da movimentação:

- Cálculos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**CONTADORIA JUDICIAL**

<b>PLANILHA DE CÁLCULO DE CUSTAS</b>
<b>PROCESSO - 0800918-71.2020.8.23.0060</b>

<b>REQUERENTE- JAMYLLE MENDONÇA FERREIRA SANTOS</b>	
<b>REQUERIDO- Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A</b>	
<b>VALOR DA CAUSA-</b>	<b>R\$ 13.500,00</b>

<b>CUSTAS JUDICIAIS -</b>	<b>R\$ 244,35</b>
<b>TAXA JUDICIAIS -</b>	<b>R\$ 40,00</b>
<b>CUSTAS PAGAS -</b>	

<b>CUSTAS FINAIS-</b>	<b>R\$ 284,35</b>
-----------------------	-------------------

Boa Vista , 13 de Outubro de 2021

(assinatura eletrônica)  
**CÉLIA VERAS BRAGA**



13/10/2021: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 13/10/2021

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Complemento: Recebido do(a) CONTADOR

Por: SISTEMA CNJ